



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 430 - DE 25 DE MARÇO A 08 DE ABRIL DE 2012 - R\$ 3,00

Contra a colaboração com os patrões



**Organizar o movimento com independência de classe
baseado na convocação de assembleias de base**

**Diante das demissões e ameaça
de fechamento de fábricas, ocupar e
impor o controle operário da produção**

**Marines norte-americanos
executam civis afegãos.
Fora os Estados Unidos
e Otan do Afeganistão!**



Oposição revolucionária a Dilma

Aspectos da situação econômica e política no Brasil

Continua repercutindo o baixo crescimento econômico de 2011, que pelos cálculos definitivos do IBGE atingiu 2,7%. O governo diz que mesmo assim o Brasil teve um desempenho superior ao da Europa Ocidental, Japão e Estados Unidos. Os críticos, porém, respondem que os 2,7% estão muito abaixo das taxas obtidas pela China, Índia, Rússia, etc. e do crescimento médio mundial de 3,8%. Ao lado da avaliação de defesa e de ataque à política econômica de Dilma Rousseff, um dos problemas fundamentais está na enorme retração da indústria, que perde terreno para os setores de serviço e bens primários (agropecuários e extrativistas).

A FIESP que encabeça um movimento contra a denominada “desindustrialização” se vale da constatação de que, em meados de 1980, a indústria de transformação detinha 27% do Produto Interno Brasileiro e que em 2011, somente 14,6%. A perda de 12,4%, portanto, quase metade dos 27%, tem sido atribuída à invasão de importados. Com esse enorme recuo, os dirigentes da FIESP e CNI lançaram um movimento de defesa da “indústria nacional” (na verdade, desnacionalizada). Dele participam a CUT, Força Sindical, CTB e outras, sob o argumento de que se trata de preservar os empregos dos brasileiros. A imprensa denominou a colaboração de “Aliança pelo País”. Com essa fórmula, pretende-se colocar os exploradores e os explorados como irmanados em torno de um valor abstrato – um Brasil formado por classes complementares.

Está aí o ponto fundamental da situação econômica e política. A defesa que a FIESP e a CNTI fazem da indústria, na forma de reivindicações tributárias, de subsídios, de investimento estatal e de protecionismo levam a ações políticas diante da resistência de outras frações da classe capitalista nacional e internacional (importadores nacionais, exportadores estrangeiros e bancos). Os conflitos interburgueses em torno da produção, comércio, lucratividade e acumulação de capital se agravam com a crise econômica. Essa nova situação de atrito interburguês explica o empenho da Fiesp em exigir que o governo federal acabe com a denominada “guerra dos portos”, ou seja, com os subsídios provenientes da redução do ICMS aos importadores.

Sob o governo Lula, os atritos também ocorreram e sempre vão ocorrer, mesmo nas condições normais da economia. Porém, uma vez passado da situação de crescimento para a retração e desta para a recessão, o choque de interesses no seio da classe capitalista se manifestam mais abertamente no Estado, envolvem o governo de plantão e, finalmente, transbordam para as massas exploradas.

Estamos assistindo ao começo dessa mudança, já que o Brasil ainda cresce, a classe média continua com o festim consumista, as demissões se limitam à indústria e o desemprego não tomou a feição trágica dos anos 90.

O ano de 2012 testará até que ponto chega a consistência do governo petista de ampla coalizão, com o PMDB ocupando o lugar de esteio. Se as tendências recessivas mundiais persistirem, apesar da enorme expansão monetária provocada pelos

bancos centrais das potências, a economia brasileira sofrerá um abalo ainda maior. Trata-se, evidentemente, de uma possibilidade, todavia a mais provável.

O freio que aperta a produção industrial não se deve tão somente a fatores como desvalorização cambial, altos juros, custo elevado de infra-estrutura e da folha de pagamento, como aponta o senhor Paulo Skaf, presidente da FIESP, mas sim ao acúmulo de gigantescos valores criados pela exploração do trabalho que não mais encontram mercados para continuar se expandindo. O capitalismo está diante, mais uma vez, da crise de superprodução.

A fração, ou frações capitalistas, que determina as tendências da economia e as medidas de enfrentamento de sua desagregação é a imperialista. As frações semicoloniais, por mais que tenham se potenciado, como é o caso do Brasil, Índia, etc., não têm como ter um lugar preponderante, servem de seus auxiliares. O mesmo ocorre com a burocracia restauracionista da China e Rússia.

A gigantesca emissão de dólares, euros, libras e ienes são atribuições das potências. Se essas necessitam desvalorizá-las perante as demais moedas, se querem rebaixar o preço da força de trabalho em seus países, se precisam evitar a deflação e se estão empenhadas em desovar seu excesso de produção exportando, o farão sem nenhuma consideração sobre o que acontecerá com a indústria do países semicoloniais, cujos ramos fundamentais já não estão sob seu controle.

O mercado mundial está condicionado pela burguesia imperialista. O que significa que os mercados internos em última instância também o estão. Isso porque não se trata de uma somatória de mercados independentes. Constituem uma unidade econômica com desenvolvimentos e particularidades distintos. Não por acaso, os Estados das semicolônias não podem controlar o comércio exterior e impor defesas à economia nacional diante da esmagadora superioridade do capital financeiro e dos monopólios internacionais.

As reclamações de Dilma Rousseff e do ministro da Fazenda Guido Mantega de que a desvalorização forçada e artificial do dólar diante do real de deve a medidas arbitrárias e unilaterais das potências não fazem senão confirmar a relação de subserviência das semicolônias e de impotência da burguesia nacional. A campanha da FIESP/CNI contra a “desindustrialização” é uma das manifestações do raquitismo da burguesia nacional, que desgraçadamente é acompanhada pelas direções sindicais.

Nota-se que o Brasil passou a ocupar a 6ª posição em termos de PIB na economia mundial. No entanto, não avançou na mesma proporção em sua participação no mercado internacional, mantendo-se na 21ª posição, com 1,6% das exportações mundiais. Para efeito comparativo, lembramos que em 1950, detinha 2,26%. Em 1984, 1,38%; cai em 2002 para 0,92% e, no fundo do poço, começa a recuperação, 2006, 1,15%, 2007, 1,1% (24º lugar); subindo para 1,6% em 2011. Como se vê, muito abaixo dos anos 50 e pouco acima dos anos 80. Essa trajetória revela que o Brasil está inteiramente aos fluxos e refluxos do mercado mundial

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

controlado pelas potências, perdeu espaço e que pelo volume de seu PIB tem uma exígua balança comercial.

Qual é a questão do momento? O comércio exterior continua na dependência da exportação de bens primários (agropecuários e extrativistas), que avultaram em volume e preço diante dos bens industrializados (manufatura); exibe a tendência de queda da exportação manufatureira e também das commodities; sofre enorme pressão das multinacionais para aumentar a pauta de importação em substituição às mercadorias aqui produzidas. A crise de superprodução intensifica o choque entre os mercados internos, delimitados pelas fronteiras nacionais, e o mercado mundial, dirigido segundo os interesses das potências, que também estão presas às suas fronteiras nacionais e às disputas pelas vendas de suas mercadorias.

Tudo indica que a próxima etapa da crise será o acirramento da concorrência entre as potências e da guerra comercial. A gigantesca massa de valores disponíveis para os capitalistas continuarem a reprodução do capital e que não tem como ser aplicada e a extraordinária capacidade de produção ampliada nas últimas décadas com as inovações tecnológicas ainda não sofreram uma destruição em grande escala. Está aí por que a crise que eclodiu em 2008 não chegou ao seu ponto de máxima contradição. A espera de que a China aumente o ritmo de sua desaceleração, acompanhada pela Índia, Rússia, etc. – o Brasil sofreu um tombo -, que a Europa Ocidental generalize a recessão e que os Estados Unidos não consigam reativar-se a ponto de tomar o lugar de locomotiva do crescimento está de acordo com a evolução da crise de superprodução. É nesse quadro em perspectiva que setores da burguesia no Brasil se movimentam à procura de proteção de seu Estado.

As dificuldades apontadas pelo chamado “custo Brasil” são muitas. O governo cria programas e toma medidas sob várias siglas, como “PAC” e “Brasil Maior”. Há potenciais favoráveis ao País, ou seja, à classe capitalista, como o Pré-Sal e outras fontes de matérias-primas. Mas não há como aproveitá-los em benefício da economia nacional. Isso por que estão hipotecadas pela fabulosa dívida pública e manietadas pelas multinacionais, direta ou indiretamente. E os programas de proteção da indústria não são senão paliativos, que acabam servindo tão-somente a alguns grupos mais poderosos.

Os impasses se avolumam, a burguesia se inquieta e as críticas à política econômica do governo Dilma ganham envergadura oposicionista. O que os capitalistas do setor industrial querem? Tudo, desde a redução das taxas de juros, passando pela diminuição da carga tributária, até investimentos em infra-estrutura. Só não querem mexer nos seus próprios interesses. Mas há um ponto particular nos cálculos da burguesia: rebaixar os salários e eliminar direitos trabalhistas.

A promessa eleitoral de Dilma de “desoneração da folha de pagamento” está no foco das pressões, como parte de liquidação de conquistas sociais. Um recente estudo comparativo concluiu que “em 5 anos, custo do trabalho na indústria aumentou 46% no Brasil e 3,6% nos Estados Unidos”. Outro apura que “o custo da mão de obra teve aumento de 150% em relação ao dos parceiros comerciais do País entre 2003 e 2009.” Mas reconhece que não foram os aumentos salariais os responsáveis e sim a valorização do real frente ao dólar.

Para que serve a demonstração de que os Estados Unidos



Metalúrgicos: arrastados para uma política de colaboração com os patrões

rebaixaram os salários dos seus trabalhadores desvalorizando o dólar, demitindo em massa e estabelecendo acordos de redução com os sindicatos? Para exigir do governo Dilma uma diretriz que ataque os salários dos brasileiros, pela via do rebaixamento direto ou da eliminação de direitos (desoneração da folha, etc.). No curso da crise, essa exigência ganhará força cada vez maior.

A reclamação de que a “indústria brasileira” (o certo é, indústria desnacionalizada) tem perdido competitividade e que cabe ao Estado recuperá-la não pode ser atendida sem que se ataquem os salários, os empregos e as condições de trabalho. A classe operária que produz toda a riqueza é responsabilizada pela perda de capacidade produtiva: aumentam-se os salários via valorização do real e não se aumenta a produtividade. Os trabalhadores norte-americanos recebem todo o impacto da crise capitalista e, nessa mesma linha, cabe aos assalariados brasileiros pagarem com a mesma moeda.

A tarefa do momento se concentra na defesa de um programa próprio da classe operária e rejeição à política da burocracia sindical de colaborar com as manobras da classe capitalista. Diante das ações de Dilma Rousseff em torno dos interesses da fração industrial é preciso responder:

- 1) Nenhuma “desoneração da folha de pagamento”;
- 2) Que os capitalistas paguem por sua crise;
- 3) Rompimento das centrais sindicais com o movimento burguês da FIESP/CNI;
- 4) Organização de um movimento de frente única sindical voltado à defesa dos postos de trabalho, dos salários e do emprego a todos;
- 5) Convocação de assembleias em todos os sindicatos para aprovar uma diretriz proletária para o enfrentamento da crise capitalista;

6) Que as reivindicações de **SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE, ESTABILIDADE NO EMPREGO, ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES DE FÁBRICA INDEPENDENTES DOS PATRÕES E CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO** estejam na base do programa de resposta proletária aos ataques capitalistas à vida dos trabalhadores.

A essa posição corresponde o método da ação direta e a unidade dos explorados por meio da frente única. Nesse momento em que a crise empurra a burguesia a se defender atacando os empregos e salários é fundamental propagandear e agitar a bandeira: **CONVOCAR ASSEMBLÉIAS EM TODOS OS SINDICATOS PARA ORGANIZAR O MOVIMENTO OPERÁRIO DE RESPOSTA À CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO APODRECIDO.**

Nota sobre a situação política

A retração econômica no Brasil está modificando a situação política. Está se configurando uma crise no seio do Estado. Sob o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), houve uma acomodação dos conflitos interburgueses, que se desenvolveram na década de 80 e parte da de 90, motivados pelo baixo crescimento, enorme endividamento externo, inflação desenfreada e lutas cotidianas dos explorados.

O Plano de Estabilização do governo do PSDB privatizou, equacionou a crise da dívida pública, adotou a Lei de Responsabilidade Fiscal, reorganizou a estrutura bancária no sentido de sua concentração (Proer), promoveu a reforma monetária, estabeleceu a paridade da nova moeda (Real) com o dólar, reordenou o câmbio (primeiramente fixo e depois flexível), reduziu as barreiras comerciais, incentivou a vinda de farto capital estrangeiro, promoveu um desemprego em grande escala, rebaixou os salários e introduziu o assistencialismo como política de Estado. Como se vê, tratou-se de uma reforma completa, planejada com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

O resultado positivo para os negócios dos capitalistas foi um alívio. Rompeu o desenvolvimento de crise política que se alargava a cada fracasso de planos lançados pelo governo Sarney. E que desembocou na bancarrota total do Plano Collor de confisco da poupança, etc.

O ataque do governo do PSDB foi tão brutal às massas que acabou cedendo passagem ao PT, que levantava as bandeiras de economia popular, inclusão social, desenvolvimento sustentável, geração de emprego, reforma agrária e inclusão social, que poriam fim ao neoliberalismo. A vitória da Frente Brasil Popular do PT/Lula ocorreu em uma situação de retomada da economia mundial. Estavam dadas as condições de governabilidade: crescimento econômico, abertura de postos de trabalho, redução da taxa de desemprego, recuperação parcial do poder de compra dos salários, dívida pública equacionada, alta arrecadação de impostos, fluxo contínuo de capital externo, explosão dos preços das commodities, superávit comercial e equilíbrio da balança de pagamento.

As frações da burguesia aceitaram a centralização do caudilho Lula. As greves se tornaram esparsas, o movimento dos sem-terra (MST) perdeu ímpeto, as organizações sindicais se fragmentaram ainda mais, surgindo divisões e subdivisões no seio da burocracia, de maneira a se criarem inúmeras centrais. Não há nada melhor para a classe capitalista que a colaboração de classe em situação de crescimento econômico.

As crises políticas, no entanto, não cessaram, mas já não expressavam a crise econômica. Os escândalos de corrupção e a tentativa de parte da oposição de derrubar o governo de Lula no seu primeiro mandato por meio institucional não contou com o apoio do conjunto da burguesia e menos ainda do imperialismo. Pode-se dizer que, tirando o breve período do chamado “Milagre Brasileiro”, da ditadura militar, nos anos 70, os oito anos de Lula foram dourados para a burguesia e para as camadas mais abastadas da classe média, e de acomodação para a pequena aristocracia operária, enquanto que a grande maioria teve de se sujeitar às altas taxas de exploração do trabalho e ao assistencialismo.

Esse quadro está em mudança, ainda que lenta, mas que deve se acelerar como prenuncia a retomada da crise política, cujo conteúdo reflete a derrubada do crescimento para 2,7%, em 2011.

Lula conseguiu fazer da vitória da Frente Brasil Popular uma aliança partidária governista tão vasta que lhe deu amplos poderes no parlamento. Dilma Rousseff herdou o heterogêneo espectro, que vai do reformismo ao direitismo. Controla mais de 70% dos parlamentares na Câmara de Deputados e no Senado. O que lhe permite tanta margem de governabilidade como a que Lula teve. Porém, já não há a estabilidade política anterior nessa ampla base.

A queda de seis ministros acusados de corrupção abalou as relações com praticamente todos os partidos da coligação. Bastaria a troca e pronto, tudo se resolveria, tal é o fisiologismo dos aliados. Ocorre que cresceram as pressões de setores da burguesia sobre o governo e sua base de sustentação legislativa. As bancadas evangélicas e ruralistas, que expressam os setores mais retrógrados da burguesia e da pequena burguesia, exigem mais poderes de decisão sobre a política de Estado. A bancada de sindicalistas, por sua vez, se mostra descontente com a mudança que Dilma fez na interlocução com as duas maiores centrais, a CUT e Força Sindical. A burocracia sindical e o empresariado industrial constituíram uma frente política em nome da defesa da indústria nacional. A FIESP e Força Sindical ameaçam com manifestações públicas.

Algumas derrotas do governo no parlamento demonstraram que a presidente não está confortável no manejo do Estado. A decisão do Partido da República (PR), capitaneado pelo influente latifundiário e senador Blairo Maggi, do Mato Grosso, de romper a aliança e passar para a oposição, quando lhe convier, é apenas um dos sintomas mais evidentes das tendências desagregadoras presentes no interior da base governista. Esse acontecimento dará força aos demais partidos, principalmente o PMDB, para pleitear suas exigências fisiológicas. O Sr. Maggi anunciou o desligamento do PR um dia após Dilma ter substituído os líderes do governo no Senado e na Câmara.

A queda de Romero Jucá no Senado mexeu nas camarilhas que comandam o PMDB. O senador Eduardo Braga, do Amazonas, não faz parte do grupo de Jucá e pode não ter poderes para alinhar o PMDB, que necessita ganhar mais espaço na máquina do Estado, para realizar sua aspiração de disputar no futuro a presidência da República. É bem possível que os conflitos atinjam o núcleo governamental montado por Dilma.

O novo líder do PT na Câmara, Arlindo Chinaglia, começou se enrolando na Lei da Copa. Assumiu a posição de não permitir a venda de bebidas alcoólicas nos jogos, colocando-se no campo da bancada evangélica. Teve de se retratar sob fogo de Aldo Rebelo, do PCdoB, ministro dos Esportes, que alegou se tratar de um acordo contraído por Lula com a FIFA de que não haveria proibição – é claro que não se iria impedir que as empresas movimentassem rios de dinheiro e fossem grandes patrocinadoras. Pode ser considerado o vai e vem do novo líder petista como uma atitude atabalhoada.

Um fato importante tem sido a reação de militares inativos contrários a que a Comissão da Verdade exponha o rosto dos

torturadores e assassinos da época da ditadura. O governo não pretende punir ninguém, apenas montou um teatro de direitos humanos para atender aos reclamos da Organização dos Estados Americanos e da ONU de que no Brasil - diferente da Argentina, Chile, Paraguai - não se fez nada para esclarecer as torturas e os desaparecimentos de militantes opositores à ditadura militar. Afinal de contas, o Brasil é signatário do tratado internacional que diz que tortura e sequestro são crimes imprescritíveis. Em vários países houve processo e condenação de alguns dos algozes e pronto, o passado de sangue está limpo e a ordem jurídica do Estado burguês, preservada. No Brasil, ao contrário, os militares, a justiça e os partidos da burguesia estão unidos para sustentar a Lei da Anistia que serviu para proteger torturadores e assassinos. Lula já havia capitulado e Dilma, seguido seu rastro. Mas bastou que se montasse a Comissão para os militares atacarem o governo.

Esse conjunto de acontecimentos ocorridos quase que simultaneamente indicam que se desenvolve a crise política no

seio do governo petista. O desempenho da economia neste ano será o motor que definirá o seu dinamismo.

O fundamental na crise política está em reconhecer a contradição entre a luta de classes e a conciliação de classe. Tem prevalecido a conciliação, fundamental para a burocracia sindical exercer sua política de controle da classe operária e os demais oprimidos. A bandeira de romper a subordinação dos sindicatos e centrais com o governo e com a FIESP/CNI e a de **OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO GOVERNO BURGUEÊS DE DILMA**, baseada no programa de reivindicação da classe operária, dos camponeses e da classe média urbana pobre, sintetiza a resposta revolucionária para a situação. Está mais do que claro de que Dilma atenderá às exigências do grande capital de que não se deve adiar medidas antipopulares, como as de corte de verbas para os serviços sociais, novas reformas da previdência, desoneração da folha de pagamento em favor dos empresários, etc.

Não haverá punição por meio do Estado burguês aos torturadores, assassinos e responsáveis pela ocultação de corpos

Abaixo a Lei da Anistia da ditadura militar! Constituir um Tribunal Popular criado pelo proletariado e demais oprimidos em luta!

Os militares justificam os crimes da ditadura instalada em 1964 como consequência do combate ao movimento armado oposicionista-comunista e acusam os que pegaram em armas de também terem matado. Assim, a Lei da Anistia abrange tanto os militares que torturaram, assassinaram, fraudaram provas de seus crimes e ocultaram corpos quanto os militantes de esquerda que assaltaram bancos, fizeram reféns e mataram policiais, pessoas inocentes, etc. De maneira que a transição democrática foi acordada entre o regime militar e a oposição legal para esquecer o passado. Os exilados puderam voltar ao Brasil e os presos políticos foram libertados. Portanto, segundo os militares, houve a pacificação da nação brasileira e não se pode agora reabrir a ferida colocando militares e policiais no banco dos réus.

Em 1979, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pleiteou, juntamente com outras organizações civis, a "anistia ampla geral e irrestritas. Recentemente, retornou ao Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação para rever o aspecto que se refere a imprescritibilidade da tortura e da ocultação de cadáver (desaparecidos). A OAB se apóia em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, que tipificam como imprescritíveis a tortura. Em 2010, o STF reafirmou a Lei da Anistia - todos os homicidas e torturadores estavam protegidos pela tal da pacificação.

Com a formação definitiva da Comissão da Verdade, os defensores de uma apuração dos fatos de acordo com o tratado internacional, apoiados pela comissão de direitos humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da ONU, recarregaram suas baterias em favor da tese da imprescritibilidade. De sua parte, o Clube Militar e representantes da direita contra-atacaram com o argumento de que se trata de revanchismo dos derrotados, que hoje se encontram no poder e que ameaçam a estabilidade democrática.

Os militares admitem que se esclareçam os acontecimentos para fins históricos e dizem que já se fez muito com a indenização àqueles que sofreram punição e aos familiares que perderam parentes. Se o governo quer esclarecer os casos de desaparecimento, que o faça, mas "sem afrontar a Lei da Anistia". Quanto aos responsáveis pelos desaparecimentos, podem permanecer mudos e não revelar onde enterraram ou jogaram as suas vítimas.

O ministro da Defesa Celso Amorim deu a satisfação que os militares exigiam: "A lei será aplicada na integralidade na observância da Lei da Anistia." Refere-se à lei que cria a Comissão da Verdade. Mas a declaração em favor do ponto de vista dos militares e do STF não colocou uma lápide sobre o conflito. A reação teme que, uma vez iniciado o processo de apuração das torturas, assassinatos e desaparecimentos, as faces dos fascistas sejam expostas à população. Há casos, como o da Argentina, em que as Leis de proteção aos genocidas foram reavaliadas sob o impacto da revelação do sequestro de filhos dos prisioneiros políticos e da barbárie praticada nos centros de detenção da ditadura. Embora os julgamentos e as punições fossem seletivas, deixando na sombra políticos, juizes, advogados, médicos, empresários, padres, informantes, burocratas, sindicalistas que colaboraram diretamente com a repressão da ditadura, os militares brasileiros não querem nenhum tipo de exposição.

Alguns nomes de torturadores e homicidas já são de domínio público, mas a maioria se encontra acobertada, saboreando a doçura da vida burguesa. Não está disposta a assumir à luz do dia seus feitos macabros, praticados sob as trevas da ditadura.

Um fato pareceu acirrar o conflito entre os representantes da ditadura e a nova geração de representantes da legalidade, democracia e direitos humanos. O Ministério Público Federal

(MP) apresentou uma denúncia à Justiça Federal do Pará contra o coronel da reserva do Exército Sebastião Curió Rodrigues de Moura, acusado de sequestrar cinco militantes da guerrilha do Araguaia e ter desaparecido com eles, em 1974. O militar, depois desse serviço prestado à ditadura e à burguesia, se envolveu em negociatas na extração de ouro em Serra Pelada, onde muitas foram as mortes.

Os familiares das vítimas entraram com uma ação na Corte Interamericana de Direitos Humanos, da OEA, que admitiu a responsabilidade do Estado brasileiro pelos desaparecimentos entre 1972 e 1974, no Araguaia. Está aí por que o MP acionou o famoso Curió. A comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos considerou válida a reabertura dos casos de desaparecimento por ser um crime imprescritível. No entanto, a Justiça Federal do Pará rejeitou a denúncia, apoiada na Lei da Anistia. O Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, apoiou a posição da Justiça do Pará, asseverando que sua posição era a mesma de quando deu parecer favorável à inviolabilidade da Lei da Anistia. Maria Rosário, do ministério dos Direitos Humanos, por sua vez, se disse favorável à acusação contra Curió.

Como se vê, os crimes da ditadura dependem de recomendações externas da OEA/ONU e de um acordo entre os representantes da ditadura e dos direitos humanos. O governo tem procurado conciliar os interesses de ambos os lados, em nome da verdade histórica e da justiça.

Caso se tornasse factível a punição de alguns dos assassinos mais proeminentes e já conhecidos, seria bom para limpar juridicamente a responsabilidade do Estado burguês pela brutal repressão. Os gorilas que se vêm obrigados a se esconder covardemente por trás da Lei da Anistia, promulgada pelo governo militar e apoiada pela oposição burguesa, inclusive pelo movimento da anistia ampla geral e restrita, não deixam de ter razão quando dizem que estavam a serviço do Estado, e mentem ao dizer, do País.

O governo militar é tão-somente uma forma de regime político edificado em determinadas condições históricas para garantir a continuidade da ditadura de classe da burguesia. Não há dúvida de que os militares que assumiram o poder em 1964 somente o fizeram e governaram por duas décadas com o consentimento e apoio da classe capitalista.

O papel dos “democratas”, dos agentes dos Direitos Humanos da OEA/ONU, organismos dominados pelo imperialismo, e dos reformistas é o de legalizar e limpar os crimes da burguesia. Para isso, a burguesia tem de sacrificar alguns dos que lhe prestaram serviços, torturando, matando, fraudando e ocultando cadáveres. É o que se passou na Argentina, Uruguai, Chile e agora na Guatemala.

O Estado burguês e sua democracia necessitam de uma face civilizada, limpa de horrores, ainda que os crimes hediondos praticados por seus serviços tenham ficado no passado e estejam nublados pela Lei da Anistia. Mas tudo indica que não haverá processos e punições no Brasil, como as de outros países latino-americanos.

Os crimes da ditadura começaram a ser amolecidos e esmaecidos com o movimento de indenização de ex-guerrilheiros, sindicalistas, intelectuais, professores e jornalistas afetados de alguma maneira pelo aparato repressivo. Os gorilas se esbal-

daram dizendo que até mesmo alguns desaparecidos ressurgiram fagueiros para receber seu quinhão.

A noção de que o Estado, com sua democracia e com seu governo petista, reconhece os malefícios e paga por eles em reparação é típico da sociedade mercantil. É vergonhosa as filhas que se formaram para o recebimento das indenizações. É nojento assistir às famílias, esposas, filhos, pais e tios lamearem as memórias do que tombaram em defesa de uma causa, recebendo em compensação um punhado de dinheiro. É estorcedora a colaboração da direção da UNE/PCdoB com o governo Lula para obter milhões pela reconstrução de sua sede destruída pelo exército e polícia.

Os militares estão prontos para dizer “o que querem mais”? De fato, o Estado a quem serviram achou por bem trocar dor e sangue por alguns trocados.

Não custaria muito abrir alguns processos, como o de Curió. Mas isso poderia significar um julgamento político da ditadura, que os militares continuam a venerar e esperam recorrer a ela assim que a luta de classes novamente se agravar ao ponto que a democracia já não sirva para o exercício da ditadura de classe da burguesia.

O fundamental da farsa da procura de Justiça e Verdade sobre o período ditatorial está em que as forças que estiveram na oposição, que pegaram ou não em armas, chegaram onde queriam – à democracia burguesa. O custo para isso foi concordar com a Lei da Anistia que serviu aos golpistas e seus defensores. Somente com a derrubada revolucionária do governo militar pelas massas, tendo à frente o proletariado, teria ocorrido a apuração de todas as barbaridades e feitas as devidas punições. O pacto burguês de transição com o regime moribundo, calcado no movimento pelas eleições diretas, consolidou a Lei da Anistia aos torturadores e matadores, ocultou o lugar da burguesia na violência reacionária e consolidou a posição dos militares de que a ditadura serviu à liberdade e à democracia ameaçadas pelos comunistas.

Diferente da Argentina, não houve um movimento de rua e de massa pelos desaparecidos. A volta da democracia eleitoral e da reconstituição dos partidos para eleger seus políticos carreiristas ocorreu como decorrência natural e pacífica do esgotamento da ditadura. O movimento estudantil que poderia ter saído contra a farsa dos direitos humanos dos governos ditos democráticos ficou paralisado pela política colaboracionista do PT e PCdoB.

É necessário rechaçar a política de Estado para apurar e punir os agentes da repressão da ditadura. O POR denuncia a via das indenizações e levanta a bandeira de **ABAIXO A LEI DA ANISTIA DA DITADURA MILITAR!** A tarefa revolucionária está em se contrapor à farsa burguesa e pequeno-burguesa dos embates jurídicos. Trata-se de lutar pela constituição de um **TRIBUNAL POPULAR**, capaz de expor todos os crimes da ditadura e tomar as medidas necessárias.

Não se trata de vingar! Não se trata de perseguir! Trata-se de elevar a consciência do proletariado e das massas oprimidas sobre os objetivos revolucionários de pôr fim ao capitalismo e toda forma de opressão do homem sobre o homem. Objetivo esse que será alcançado transformando a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva, e edificando a sociedade socialista.

Argentina:

Os julgamentos dos genocidas da ditadura não passam de verniz democrático, enquanto se reconstituem os aparatos repressivos encarregados de reprimir, perseguir e infiltrar no movimento dos explorados

O governo dos Kirchner surgiu como resposta à crise dos partidos orgânicos da burguesia e para desviar, isolar e dissolver o desenvolvimento político do levante popular de 2001/2. Seu papel foi o de reconstruir o Estado da burguesia e sua democracia, fortemente ameaçados pelas lutas populares desses anos. O que significava também reformar as instituições repressivas que sobreviveram ao fim da ditadura militar e eram muito questionadas pela população. Existia um profundo ódio das massas por terem sofrido a repressão na própria carne, bem como à estrutura política-econômica instalada pela ditadura e que aprofundou o saque imperialista, a superexploração, o desemprego e a miséria de milhões.

Seus defensores dizem que foi o governo que mais fez pelos direitos humanos. E que divulga os processos judiciais que ocorrem há mais de 8 anos, realizados contra alguns chefes militares e policiais.

Mas basta analisar um pouco mais de perto essas medidas para se ver o caráter de classe e os objetivos a que se propõem. Os processos somente atingem os chefes, quadros médios e, em alguns casos, civis, que maior ódio despertaram entre a população por serem a face mais visível do genocídio. Embora não se tenham tocado e nem tocarão em dezenas de oficiais, centenas de quadros médios e milhares que continuam no exército, atuando nas agências de inteligência do Estado ou como simples informantes “civis”. Não se tocou nos empresários que colocaram suas fábricas e terras para a instalação de campos de concentração, ou que foram beneficiados por medidas econômicas e repressivas da ditadura.

Além disso, os processados e condenados não respondem a toda extensão dos crimes de genocídio e terrorismo de Estado. Assim, o governo burguês, ao mesmo tempo que responde, limitadamente, às reivindicações democráticas das massas, mantém o aparelho repressivo e suas funções quase intactos. E, principalmente, consegue, assim, preservar a estrutura econômica imposta pela ditadura em benefício da grande burguesia imperialista e sua raquítica irmã semicolonial, que ordenaram, apoiaram e financiaram o genocídio, que resultou em 30 mil mortos.

Se é certo que se realizaram essas medidas democráticas, é muito mais certo que as fizeram devido à mobilização de milhares e às organizações políticas e sociais radicalizadas. Movimento que ganhou o apoio de organismos de direitos humanos, como as mães da Praça de Maio, Avós da Praça de Maio e Filhos (filhos de desaparecidos), etc. Aos quais, em maior ou menor medida, a defesa do governo se integrou.

O objetivo dos processos judiciais e a prisão dos chefes militares da ditadura não se dirigiu a democratizar o Estado, mas sim a cooptar as direções do movimento e ganhar o seu apoio ativo ao governo burguês. Essa é a verdadeira política de direitos humanos do governo Kirchner. E não poderia ir muito além disso.

Suas medidas não afetaram nem a estrutura, nem as funções das instituições repressivas. Tão somente foram um passo forçado no sentido da reconstrução dos aparelhos repressivos, adaptados a uma nova conjuntura política e social. Essas medidas saltam à vista quando observamos que, mesmo afetando o exército (em número de efetivos, orçamento, leis que limitam sua ação no país, etc.), cresce o papel da Polícia Nacional. E mesmo que esteja desacreditada devido à corrupção, aos assassinatos de manifestantes e de centenas de oprimidos, a Polícia viu triplicar seu orçamento em armas, aparelhos eletrônicos e tecnologia destinados à perseguição, infiltração, espionagem e repressão.

O kirchnerismo usou essa força contra a greve petroleira nas Las Heras (2009), ocupando militarmente a região e permanecendo aí, cuidando dos poços e instalações das multinacionais; em KRAFT (2010); nas greves de professores em Santa Cruz (2011); ou neste ano nas mobilizações contra as empresas mineradoras. Eles filmam, infiltram, investigam os movimentos e utilizam essa informação para criminalizar os dirigentes sindicais, lutadores populares e os partidos de esquerda. A Polícia se utiliza da lei antiterrorista aprovada pelo kirchnerismo em 2011, para criminalizá-los e condená-los.

Os Kirchners de nacional e popular só tem o apoio eleitoral. Se se viram forçados a tocar nos aparelhos repressivos, foi somente naqueles casos e corporações que mais ódio e repúdio popular se manifestaram, substituindo-os por outros menos desprestigiados ou que não estavam tão comprometidos com a ditadura e o genocídio. Não foram as massas com sua mobilização independente e seus próprios métodos que o impuseram. Foram os Kirchners quem o patrocinaram por meio do comando do Estado burguês, preservando historicamente os aparatos repressivos e, dessa forma, o Estado e as instituições da ditadura do capital.

No entanto, a tragédia do genocídio que atingiu os explorados argentinos calou fundo na luta de classes. O proletariado, sem dúvida, se erguerá sobre o sangue dos mártires e dirigirá a maioria oprimida para a revolução proletária. A conquista do poder eliminará a fonte de toda violência que é a grande propriedade privada dos meios de produção, transformando-a em propriedade socialista.

Denúncias

Greve dos operários da usina de Jirau

A construção da usina de Jirau vem marcando a história de luta da classe operária. O levante de março de 2011 expressou a revolta dos trabalhadores contra a brutal violência da exploração capitalista. Agora, no dia 15, novamente os operários se colocaram em greve. As razões são as mesmas: não pagamento das horas-extras e precárias condições de trabalho e de alojamentos.

O movimento iniciou com os operários da Enesa, que executam a montagem das turbinas, atingiu os trabalhadores da construtora e da Camargo Corrêa. Em poucas horas, a greve contava com mais de 15 mil operários.

Nem bem paralisou a usina, o Tribunal Regional do Trabalho julgou a ilegalidade da greve e determinou a multa diária de R\$ 200 mil por ter englobado a Enesa e a Camargo Corrêa. A indústria da multa contra os trabalhadores virou moda.

As greves vêm contrariando os acordos entre governo, empresas e representantes sindicais. O pacto tripartite, estabelecido em março do ano passado por ocasião da radicalidade do movimento de Jirau e Santo Antônio, não tem sido obstáculo para impedir a ação dos trabalhadores. Assim, há um mês atrás, novo pacto entre a burocracia sindical, governo e empresários foi firmado, o chamado “Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de trabalho na Indústria da Construção”. Tudo para conter as greves nas obras do Pac, que incluem as usinas hidrelétricas do Rio Madeira. O problema está em que as condições objetivas de trabalho e salário têm falado mais alto.

Os burocratas do sindicato e da CUT lamentam a greve e responsabilizam as empresas de não cumprirem o acordo de garantir a representação sindical nas obras. Dizem que a eleição da representação poderia evitar os conflitos e a greve. Portanto, o que querem os pelegos é uma comissão para conter a revolta contra as empresas que sugam o sangue dos operários. Isso nada tem a ver com as comissões por local de trabalho, tem a ver com a conciliação de classe, tão nefasta para a luta contra o sistema de exploração do trabalho.

Os levantes da classe operária nas usinas, nos portos e nas demais obras do Pac ganharam projeção nacional e assinalaram a retomada das lutas do proletariado. Só não são potenciadas em função da política pró-capitalista da burocracia da CUT, que dirige a maioria dos sindicatos operários do País. Mas, é por meio da experiência grevista que os operários vão compreendendo e lutando contra os traidores que estão nas direções dos sindicatos e da Central.

As lições dos levantes de Jirau já são patrimônio da história do proletariado brasileiro. E devem ser assimiladas pelo conjunto dos trabalhadores na luta contra a exploração capitalista.

Diz o burguês da Coteminas: “O futuro a Deus pertence”

Quando indagado pelos jornalistas sobre o fechamento de duas fábricas em Natal e a mudança para o setor imobiliário, o filho de José de Alencar (o magnata do ramo têxtil) fugiu pela tangente proferindo o velho jargão: “O futuro a Deus pertence”.

A Coteminas está no Rio Grande do Norte desde a década de 1980. Possui duas unidades no mesmo local e emprega 1.100 operários da fiação à confecção. O burguês reclama das importações e das dificuldades de competição no mercado mundial. Disse que o fechamento das fábricas será por etapa e que primeiro “desativará” o setor de fiação e tecelagem. Completou que a fábrica localizada no estado da Paraíba poderá fazer a vez das de Natal. E que está investindo 1 bilhão de reais no ramo imobiliário, com a construção de hotel, shopping center, escritórios, centro de convenções, etc., tendo em vista a Copa do Mundo.

Para o capitalista a receita é simples: quando o ramo que investe está em queda, aplica os volumosos lucros em outro ramo. E os operários que se ferrem. É o que faz o dono da Coteminas, ferrar os seus assalariados.

Para os operários, o fechamento das fábricas têxteis em Natal significará desemprego e miséria para suas famílias. Apesar de Natal ser a capital do estado não constitui um pólo industrial. As poucas fábricas impedem que os trabalhadores possam passar de um ramo a outro. Assim, se não houver luta, o destino dos operários da Coteminas será o mesmo de milhões: engrossar o exército de desempregados do País.

A burocracia sindical está de olhos fechados diante do fechamento das fábricas. Mas os trabalhadores não podem se silenciar com a destruição de postos de trabalho na indústria. Exigir a convocação de assembleias para aprovar o caminho da resistência, é a tarefa colocada. Para garantir trabalho, ocupar a fábrica e impor o controle operário da produção.

Primeiro passo dos empresários contra os empregos

Há um fato: a produção industrial brasileira vem despencando.

Um dado: a produção industrial caiu 2,1% em janeiro, frente ao mês anterior. O ritmo de queda vem desde o início da crise econômica mundial, 2008.

Receita dos capitalistas: se a produção cai, é preciso cortar despesas. Ou seja, mexer com a mão-de-obra.

Esses elementos estão na contabilidade dos empresários. Assim, a indústria de transformação deu uma freada na folha de salários. O que significou redução na contratação de trabalhadores. Dizem que isso permitiu conter os custos com a mão-de-obra. Os dados desse setor indicam que o ritmo de crescimento da folha total de salários em um ano passou de 7% no primeiro semestre de 2011 para 4% em janeiro de 2012. A indústria de transformação, em 2007, empregava 394.584 trabalhadores. Em 2011, caiu para 174.674. Portanto, o chamado “ajuste do emprego” é a velha

fórmula de diminuir os empregos. E os que permanecem nas empresas são ainda mais esfolados.

Os empresários sabem que isso não basta e que a raiz do problema está na queda da produção industrial. Alertam que já deram o primeiro passo e que é preciso o governo dar sua contribuição. Se isso ocorrer efetivamente, dizem os capitalistas, é possível evitar o desemprego massivo. Concluem: “Não faz sentido a produção encolher e os empregos serem mantidos”.

Por trás da chantagem, há a decisão de destruir postos de trabalho. Se a crise econômica continuar golpeando a indústria, a classe operária enfrentará o desemprego.

Os dirigentes sindicais, ao invés de preparar para o combate ao desemprego, estão de mãos dadas com o governo e os capitalistas em torno da proteção dos lucros e da propriedade privada. A classe operária está adormecida diante dos fatos. Acordar para a realidade é a tarefa do momento.

Saúde em pedaços Empresas roubam como nunca

Nossa resposta: sistema único, estatal, público da saúde, sob o controle dos trabalhadores

O Estado burguês se revela cada vez mais impotente para controlar os serviços públicos. A campanha de que com a privatização e terceirização da saúde poderia tirá-la do fundo do poço só fez evidenciar a podridão dos governantes e de seu Estado. O resultado está aí: a saúde está em cacos e as empresas, milionárias.

A brutal corrupção promovida pelas empresas que prestam serviços de lavanderia, limpeza e alimentação da rede hospitalar pública veio à tona. A denúncia, envolvendo seis hospitais federais do Rio de Janeiro com empresas privadas, foi a gota d'água para explodir uma avalanche de falcaturas, que vão desde os contratos, as licitações, o superfaturamento e outras mazelas.

As empresas rondam os cofres do Estado. Aproveitam o sucateamento do serviço público para lucrarem com os contratos milionários. A denúncia de que a Toesa arrancou R\$ 12,9 milhões, que a Locanty conseguiu um contrato com valor 180% maior do que o estipulado no mercado e que as empresas privadas sugaram, recentemente, R\$ 887 milhões em contratos fraudulentos fez com que o governo Dilma e o governador do Rio de Janeiro ficassem em papos de aranha. Tiveram de recorrer à Controladoria Geral da União para dizer que já estavam investigando. Mas tudo não passará de “mal entendido”, de “números imprecisos”, ou de “empresas não idôneas”.

Ato da conciliação de classe

Está sendo convocado pelas Centrais Sindicais e pelas entidades patronais um ato no dia 4 de abril, em São Paulo. Pretendem aglutinar 100 mil trabalhadores para pressionar o governo a conceder maior proteção à chamada “indústria nacional”. Na verdade, se refere ao mercado nacional, porque são as multinacionais que estão à frente. Usarão a tribuna os burocratas da Força Sindical, CUT e suas irmãs de peleguismo, além do presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

Na preparação do ato, discute-se a “dispensa” dos operários (abono do ponto) e a contribuição financeira dos empresários com os ônibus e alimentação dos trabalhadores arrematados.

Como se vê, as Centrais e os sindicatos têm a tarefa de trazer os operários para ouvir o discurso dos empresários de que é necessário apoiar seus pleitos de defesa do “mercado nacional” e assistir os dirigentes sindicais balbuciar que essa é a forma para garantir os empregos.

A classe operária tem sido arrastada como gado pela política dos burocratas sindicais. Não há independência política frente aos capitalistas e seu Estado. A ausência da política do proletariado no interior das fábricas tem sido um obstáculo para o combate à conciliação de classe. Os operários mais conscientes sabem que os patrões demitem tanto na época da bonança como em momentos de crise. Certamente, as demissões massivas se dão com a crise econômica. Mas, a defesa dos empregos em qualquer momento implica a luta de classe contra classe (operários e capitalistas). E não a conciliação entre os exploradores e os explorados.

Os operários deverão abrir os olhos para as manobras da burocracia sindical e dizer “não ao ato burguês do dia 4 de abril”. Deverão exigir que os sindicatos convoquem as assembleias para aprovar um programa de defesa dos trabalhadores diante da crise capitalista.

O fato é que avançou a privatização nos serviços públicos. Que as empresas lucram como nunca às custas do dinheiro do Estado. E que a saúde pública é miserável. Não há hospitais, não há atendimento médico, não há remédios e os locais são imundos. A maioria da população que depende dos hospitais públicos convive com essa situação. Os governantes não têm soluções para resolver o problema e, por isso, entregam aos sanguessugas do Estado. Por sua vez, o Estado está atolado no lamaçal da corrupção.

A resposta ao problema da saúde está nas mãos da maioria explorada, que deve lutar pelo programa da classe operária. A reivindicação de fim da privatização, da terceirização e a expropriação, sem indenização, de toda a rede privada é a saída para o caos que se encontra a saúde no Brasil.

A luta pela estatização de toda saúde se opõe à diretriz privatista imposta pelos organismos imperialistas, que exige o corte de recursos estatais ao setor e mecanismos facilitadores (leis) para o avanço da privatização. E contrapõe à política servil dos governantes, que colocam o orçamento do Estado em favor dos interesses das empresas.

Dessa forma, a bandeira de um único sistema de saúde, sob o controle dos trabalhadores, deve ser erguida pelo conjunto dos explorados. Defender a saúde gratuita implica a luta ferrenha contra os governos e os capitalistas, que lucram com a miséria da saúde pública.

Carta aberta do POR aos trabalhadores, à juventude e à militância da Frente de Esquerda

PSTU rompe com a constituição da Frente de Esquerda em Natal. E por quê?

No terceiro seminário, realizado no dia 10 de março, o PSTU chegou, depois de uma hora e meia de atraso, e entregou uma carta dirigida ao PSOL rompendo com o processo de constituição da Frente de Esquerda. A militância ali reunida não se surpreendeu, uma vez que o PSTU já havia indicado no transcurso das discussões que não estava de acordo com o método de plenárias para definir o programa e as candidaturas.

Um pouco antes, o PSTU e o PSOL trocaram cartas de acusações mútuas, que indicavam a inviabilização da frente de esquerda para as eleições municipais de Natal. O seu conteúdo, por si, demonstra que a tentativa de unir as esquerdas contra os partidos da burguesia começou natimorta. Ou seja, somente sairia uma frente de esquerda caso houvesse um acordo entre os dois partidos legalizados e com interesses eleitorais, que se materializariam nas candidaturas. O fracasso, no entanto, se deveu exclusivamente ao PSTU, que impôs condições prévias. O PSOL não as colocou e declarou aceitação das decisões construídas democraticamente pelos seminários.

Não importa, no caso, se os interesses eleitorais do PSOL pudessem ser melhor defendidos em plenária do que em acordo de cúpula com o PSTU. O fundamental estava em que admitia aglutinar a esquerda que se reivindica do socialismo e a vanguarda combativa da capital do Rio Grande do Norte. O PSTU, ao contrário, pretendia tão somente um acordo eleitoral com o PSOL e PCB, que se negou a participar do seminário.

As acusações do PSTU de que o PSOL queria um programa reformista serviram de máscara para o essencial de sua conduta política diante dos seminários. Os morenistas entendem por frente de esquerda um acordo de conveniência eleitoral, em que se negociam as candidaturas e o tempo nos meios de comunicação. No entendimento do PSTU, nenhuma outra corrente de esquerda que não seja o PSOL e PCB pode participar ativamente na frente de esquerda, a não ser como apoiador de suas candidaturas. Como o PSOL não aceitou as regras do PSTU e o PCB foi atrás do PDT, então os morenistas se deram ao luxo de mandar os seminários às favas. Admitiam a plenária se essa tivesse a atribuição de apenas homologar o acordo de cúpula, aí o POR e outros agrupamentos seriam bem vindos. Portanto, o programa “socialista” é uma folha de parreira.

O representante do PSTU fez um pronunciamento de rompimento com a constituição da frente dizendo que não faria do seminário um palco de disputa com o PSOL. E que era necessário garantir a autonomia dos partidos. Atacou o POR com o argumento de que somos “antileninistas” por não admitir participar nas eleições. Esses argumentos caíram no plenário como as folhas secas vão ao chão. A militância disposta a constituir a Frente reconheceu imediatamente a manobra argumentativa, de tão tosca e desprovida de sentido. A disposição era de discutir sem condicionamentos prévios o programa e as candidaturas. A disputa entre o PSTU e o PSOL, em torno de interesses já conhecidos, estaria sujeita às críticas políticas e às decisões pelo voto, na plenária. Em nada afetaria a “autonomia” dos

partidos. O direito de divergência e de crítica permaneceria incólume. Afetaria, sim, possivelmente, o ultimatum do PSTU sobre suas candidaturas pré-determinadas. Quanto ao ataque ao POR sobre seu suposto antileninismo, estava completamente fora de propósito, uma vez que estávamos participando ativa e disciplinadamente para que a frente de esquerda saísse. Tanto o PSTU quanto o PSOL tinham plena ciência de que não disputávamos candidaturas e que a frente seria conduzida pelos dois partidos, dos quais não escondemos as suas caracterizações político-programáticas de centrismo e reformismo. O empenho do POR era que a Frente interviesse nas eleições com um programa e uma linha política que garantissem a independência de classe do proletariado, concentrassem o ataque aos partidos da burguesia, desmascarassem as eleições como instrumento de domínio da classe capitalista e propagandassem as bandeiras mais sentidas pelas massas e as vinculassem à estratégia da revolução proletária, ou seja, do socialismo. O que tem de antileninismo nessa posição? Nada, absolutamente nada. O PSTU fez um ataque gratuito ao POR.

Temos um acúmulo de divergências com a concepção dos morenistas de frente de esquerda eleitoral, materializadas em artigos no Jornal Massas e folhetos. Isso desde quando o PSTU chamava a frente de esquerda com o PT. Na formação da frente de esquerda com o PSOL em torno da candidatura presidencial de Heloisa Helena, divergimos quanto ao método de formação da frente e seu programa. Se a militância do PSTU fizesse um balanço leninista dessa experiência veria que o PSTU se arrastou atrás de Heloisa Helena justamente porque a pequena caudilha, que fora senadora do PT, exibia nas pesquisas um número de votos bem superior ao do pré-candidato morenista, Zé Maria. O acordo de cúpula entre PSTU e PSOL permitiu que Heloisa Helena expusesse posições pequeno-burguesas e anti-operárias, até mesmo reacionárias como a condenação do aborto. Se a frente tivesse sido constituída por uma plenária com participação de toda esquerda e o programa e as candidaturas fossem decididas por ela, ainda que as divergências permanecessem, os partidos e os candidatos estariam condicionados pela plenária. Caso os candidatos não expressassem o programa aprovado, estariam em ruptura com a frente de esquerda, que poderia desautorizá-los. Naquela ocasião, certamente o PSOL não ia aceitar que a plenária se posicionasse pela candidatura de Zé Maria, em detrimento de Heloisa Helena. Na realidade, o PSTU não estava à procura da fidelidade programática dos candidatos, mas sim na quantidade de votos que estes poderiam arregimentar. Aí está a importância decisiva de juntar forças legais para obter tempo nos meios de comunicação. Se a militância do PSTU e PSOL lesse com o mínimo de atenção as posições do POR sobre a frente, veriam que não nos opusemos a uma unidade frentista para atacar a burguesia em seu próprio campo. Nos opusemos a um frente oportunista, isto sim! O fato do POR não ser um partido legalizado dificulta a nossa luta nesse terreno com os centristas, reformistas e esta-

linistas que não se utilizam da eleição para defender sem atenuantes a estratégia da revolução e ditadura proletárias, sem a qual o socialismo não passa de uma abstração e uma cobertura para a política pequeno-burguesa radical.

Em Natal, ocorreu uma situação particular. A impossibilidade de um acordo aparelhista entre o PSTU e PSOL criou uma circunstância ímpar de constituir as plenárias. O PSOL as denominou seminários, que não fizemos questão de discutir semanticamente. O fundamental é que tal seminário passou a reunir militantes, ativistas e independentes, dispostos à discussão coletiva, crítica e com poderes de decisão. O POR aceitou imediatamente participar desse processo, considerando que correspondia ao que sempre defendeu para a estruturação de uma frente revolucionária de atuação nas eleições. Éramos minoria e sabíamos que nossa condição de partido ilegal perante o Estado burguês seria motivo de marginalização pelo PSTU e PSOL. Por que, então, nos empenhamos pela formação da Frente? Eis: 1) porque tínhamos a possibilidade de defender o programa e a tática revolucionários para as eleições; 2) porque foi nos garantido o direito de manter nossas posições e nossas críticas; 3) porque assim poderíamos defender o voto na frente de esquerda sem renunciar ao programa e a tática; 4) porque as massas despolitizadas e controladas pelos partidos da oligarquia do Rio Grande do Norte teriam a possibilidade de se deparar com as reivindicações próprias e com a bandeira do socialismo. Se a Frente de Esquerda não se colocasse à altura dessa tarefa, não seria de responsabilidade do POR, mas do PSTU e PSOL. O POR iria nas fábricas, nos bairros, nas esco-

las e nas ruas defender o voto classista contra os partidos da burguesia.

O fato é que o PSTU com sua política aparelhista e míope se negou a impulsionar um movimento de base pela constituição da frente de esquerda. Isso quando a juventude oprimida e camadas populares se mostravam interessadas e dispostas a potenciar uma frente de intervenção nas eleições, cujo resultado não se limitaria a obter votos. Uma frente de esquerda que aglutinasse camadas sociais que se deslocam para posições de independência perante a política da burguesia constituiria uma base voltada à defesa das reivindicações e disposta à ação direta. Isso, sim, seria uma conquista, um avanço na organização independente dos explorados e da juventude.

A ruptura do PSTU com o 3º seminário criou uma situação difícil, uma vez que o PSOL é o único partido legalizado. A frente já não poderá ser inscrita como Frente de Esquerda. No entanto, o POR não foge a sua responsabilidade de ir até o fim com essa experiência, caso se garanta a permanência das plenárias, se aprove um programa classista e se permita a crítica. O 3º seminário foi consumido classe que inteiramente pela discussão sobre a ruptura do PSTU. Apenas indicou o nome do candidato a prefeito. O POR se absteve, já que estava claro que se tratava de uma candidatura do PSOL. Aprovou, também, princípios que condicionam a indicação.

No dia 30 de março, ocorrerá a plenária definitiva. Acharmos necessário que se faça uma dura crítica à conduta mesquinha do PSTU e pleiteie a seu retorno a Frente, respeitando as deliberações existentes.

LER-QI, em busca de uma diferenciação oportunista, recorre ao revisionismo

A LER-QI, em seu jornal Palavra Operária, número 81, traz duas matérias de polêmica com o PSTU. Uma sobre a greve da polícia, outra sobre os acontecimentos do Pinheirinho. Quanto às críticas ao fato do PSTU ter apoiado à greve dos policiais, já demonstramos, em nosso folheto “Posição do Marxismo diante da Greve da Polícia”, que as faz pela direita. No caso do Pinheirinho, a LER-QI aproveita para expor uma posição tático-programática, que supostamente a diferenciaria do PSTU.

O longo artigo começa com uma declaração de solidariedade aos moradores do Pinheirinho, passa a demonstrar que o conflito por moradia é um problema geral que aflige milhões, expõe a responsabilidade do governo petista, historia a eclosão dos movimentos sociais desde o final dos anos 90, denuncia a cooptação de suas direções pelo PT, defende a luta conjunta dos trabalhadores por uma “reforma urbana radical, que corte pela raiz a especulação imobiliária e conclui que a questão da moradia irá “se resolver somente com a derrubada do conjunto da burguesia, através da **aliança operária e popular**”. (grifo nosso).

Depois da exaustiva introdução, chega ao ponto desejado: “Uma discussão com o PSTU a partir da tradição da IV Internacional”. A “discussão”, em síntese, é a seguinte: a LER-QI critica o PSTU de nos oito anos de ocupação do Pinheirinho não ter estabelecido uma “aliança” do movimento da moradia com os metalúrgicos, já que dirige o Sindicato Metalúrgico de

São José dos Campos. Poderia ter desenvolvido um “programa transicional” dirigido aos movimentos sociais a partir do sindicato. Acusa o PSTU de se limitar ao “sindicalismo rotineiro das datas base”. Conclui que lhe falta “uma teorização marxista sobre os pobres urbanos e o problema da moradia”. Assim, “a falta de uma política revolucionária a partir dos metalúrgicos leva a reprodução da estratégia de pressão dos movimentos sociais.” Em suma, o PSTU se mostra adaptado ao corporativismo e ao “programa mínimo das lutas isoladas.”

A LER-QI deve ao leitor e ao próprio PSTU um balanço concreto do lugar que o sindicato metalúrgico teve na organização da ocupação e no desfecho final. Ou devemos simplesmente confiar nas suas palavras? Fazemos essa exigência porque notamos que a crítica se faz a partir dos acontecimentos finais em que se configurou uma derrota da ocupação sob as armas do batalhão de choque. A partir daí o redator lerista deduz possíveis posições isolacionistas e corporativas do PSTU.

O POR também fez uma avaliação crítica das atitudes dos dirigentes da ocupação, mas circunscrita ao conhecimento dos fatos e de quem não esteve diretamente envolvido no embate. Demonstramos que o PSTU levou os dirigentes e as famílias a confiarem nas negociatas dos representantes do governo Dilma e na justiça burguesa. O jornal “Opinião Socialista” reflete fielmente essa conduta ao narrar a decepção dos moradores (e a sua própria) que preparavam uma festa comemorativa de

conquista do Pinheirinho, resultante do acordo com o governo federal e da suspensão da ordem de despejo para que se resolvesse definitivamente o conflito. Nada disso teve importância para a crítica da LER-QI.

Mas vejamos o fundamental. Transcrevemos as passagens.

*“Quando Trotsky escreveu o programa de transição para ajudar a orientar a Quarta Internacional as vésperas da guerra, países atrasados como o Brasil ainda eram majoritariamente rurais e a aliança de classe que os trabalhadores deveriam conformar para tomar o poder era, sobretudo, com a massa camponesa pobre. Hoje a relação se inverteu e os países, os atrasados, são mais urbanos do que nunca. Particularmente no Brasil (mas também, em diferentes magnitudes, na China, na Índia e nos países da América Latina, Oriente Médio e África), o problema da **aliança operário popular** (sem com isto retirar a importância fundamental dos camponeses, mesmo que sejam uma minoria, como no Brasil) nas grandes cidades se tornou uma questão estrutural para pensar a dinâmica de classe da revolução socialista no século XXI.”*

A LER-QI se utilizou da derrota do Pinheirinho para expor a posição de que o fundamento da aliança operário e camponesa, aplicada nos países semicoloniais, onde o capitalismo de estrutura combinada não resolveu a questão agrária e conserva o campesinato, está superada. Não sabemos porque a crítica é dirigida ao PSTU nestes termos, uma vez que este não fundamenta suas idéias e posições programáticas na aliança operária e camponesa. A estratégia do PSTU é do governo dos trabalhadores, que está mais de acordo com a aliança definida pela LER-QI. O POR sim assenta seu programa na caracterização do Brasil de economia combinada, semicolonial, cujas tarefas democráticas não foram resolvidas pela burguesia e que passaram para as mãos do proletariado. Entre essas tarefas, está a solução da questão agrária. Portanto, a revolução proletária não será possível sem a **aliança operário e camponesa**.

O PSTU segue a revisão de Nahuel Moreno e por isso não concebe que a solução das tarefas democráticas pendentes ocorrerá sob o **governo operário e camponês**, forma governamental da ditadura do proletariado. Ocorre que a LER-QI é uma das cisões no campo do morenismo. Embora se esforce por se afastar de suas raízes revisionistas do Programa de Transição, não consegue. Pelo contrário, continua a revisioná-lo. Os morenistas renovados chegaram à conclusão de que o campesinato cedeu lugar a um ente que se denomina **popular** e mais modernamente, **“movimentos sociais”**. Esse ponto central do programa marxista para os países atrasados é considerado ultrapassado pelo desenvolvimento capitalista que levou ao extremo a urbanização. Portanto, a **aliança operário-camponesa** serviu ao século XX, não serve ao XXI. A LER-QI, com a sua **aliança operária e popular**, veio ao mundo para atualizar o marxismo e teorizar sobre as massas urbanas. Não bastando isso, pretende encontrar os germes da “aliança operária e popular” no Programa de Transição. Eis: “Ainda assim, no próprio programa de transição encontramos importantes fundamentos para pensar a realidade da aliança operária e popular hoje.”

Onde? A LER dá um jeito de encontrar uma passagem: “A aliança que o proletariado propõe, não às ‘classes médias’ em geral, mas às camadas exploradas da cidade e do campo, contra todos os exploradores, incluindo os exploradores ‘mé-

dios’, não pode ser fundamentada na coação (...)” Ora, não há nada nessa formulação que permita extrair a tática da **aliança operária e popular**. E por quê? Porque “**popular**” não é classe social. Em se tratando de aliança, a relação é de classes, ou de camadas de determinada classe. Na passagem referida, diz “não as classes médias em geral”, “mas às camadas exploradas do campo e da cidade”, portanto, as camadas da pequena burguesia. A LER-QI transforma “camadas exploradas da cidade e do campo” em **popular**. A noção da LER-QI de reunir desempregados, subempregados, sem-teto, camelôs sob bandeira de **popular** porque não estão nas fábricas é um desvio.

Os dirigentes do PTS argentino, do qual a LER-QI faz parte, devem conhecer as críticas de Trotsky a bandeiras como “**revolução popular**” e “**governo popular**” criados pelo estalinismo para substituir a “**revolução proletária**” e a “**ditadura do proletariado**”. Em seu livro “Revolução e Contra Revolução”, denuncia “a capitulação de princípio” da burocracia estalinista ao realizar a substituição. Mostra que o caráter popular de uma revolução significa apenas que em torno do proletariado se unem “todas as forças vivas e criadoras da nação e que reconstrói a nação em torno de um novo eixo”. Portanto, **revolução popular** não passa de “uma descrição sociológica”, não “de uma palavra de ordem.”

O leitor poderá questionar se não estamos desviando a crítica. Acreditamos que não, uma vez que a tática tem a ver com a caracterização da revolução, com a estratégia e com a aplicação do programa de transição. A LER-QI, dirigida pelo PTS argentino, ao substituir a “**aliança operária e camponesa**” pela “**aliança operária e popular**” substitui uma classe definida (os camponeses oprimidos, cujo caráter de classe é definido por serem pequenos e médios proprietários e de sem-terra) por uma “descrição sociológica”. Provavelmente, transplantará para a LER-QI a fórmula de **governo operário e popular**. Observamos que a LER-QI está sendo construída sem um programa definido pelo PTS.

Com a sua **aliança operária e popular**, os revisionistas estão negando que a revolução nos países semicoloniais depende da aliança de duas classes distintas – a proletária, que possui apenas a força de trabalho, e a camponesa que é proprietária individual dos meios de produção (parte dela expropriada pelos grandes proprietários capitalistas).

O artigo do “Palavra Operária”, assinado por Thiago Flammé, sob o título “A Repressão do Pinheirinho e o Problema da Moradia”, é inconsequente no que diz respeito à inter-relação entre a estratégia, a tática e a caracterização da natureza da revolução no Brasil. Porém, a nova tese de que a **aliança operária e camponesa** ficou para trás no século passado e que com a enorme urbanização se coloca a “**aliança operária e popular**” abre as portas para uma revisão do fundamento marxista da revolução proletária e para a assimilação da posição estalinista da “revolução popular”.

Se fosse correto que com a grande urbanização nos países de economia atrasada, combinada, e semicolonial, a luta de classe no campo perdeu importância estratégica para a revolução social, então estaria certo reconhecer o envelhecimento desse ponto crucial do Programa de Transição. Engels reconheceu certas mudanças concretas do capitalismo que tornaram supérfluas algumas formulações do “Manifesto do Partido Co-

munista”, mas nada que tocasse sua essência, determinada por leis históricas. Trotsky fez o mesmo em relação ao Manifesto. Mas se não é correto que o fenômeno da urbanização levou à superação do campesinato como classe decisiva para a revolução proletária, então estamos diante de uma fraude, que serve ao revisionismo.

Não temos nenhuma dúvida de que a redução numérica de camponeses no Brasil não lhes tira a importância na produção e de sua relação com a pequena e média propriedade agrária em choque com a grande propriedade. As tarefas democráticas típicas de países semicoloniais, sem dúvida com particularidades próprias do desenvolvimento capitalista, continuam vi-

gentes. Uma delas é a da conquista da terra pelos camponeses pobres. Concluímos com segurança que o PTS está construindo uma organização revisionista do Programa de Transição e da Teoria da Revolução Permanente no Brasil.

O limite do artigo não nos permite avançar nossa crítica, mas temos a base para rechaçar a impostura dos epígonos do morenismo. A tentativa de diferenciação do filho pródigo (PTS) de Nahuel Moreno perante seu irmão (PSTU) fiel ao pai não faz senão demonstrar que o centrismo pode se dividir e subdividir, e cada uma das tendências provenientes da cisão está obrigada a continuar com o revisionismo do Programa de Transição.

Assembleia da USP vota contra a greve e abre caminho para ofensiva do reitor/interventor

No dia 20/03 se realizou a assembleia geral dos estudantes da USP, com cerca de 350 estudantes. Um terço do número da assembleia do dia 08/03. Essa retração na participação na assembleia é resultado de três elementos: 1) a votação da suspensão da greve em 08/03, numa assembleia dividida, foi um banho de água fria no setor dos estudantes disposto à luta já; 2) a dissolução prática do comando (comando aberto e por “consenso”) impediu qualquer iniciativa de convocação das mobilizações – sequer o ato debate sobre democracia do dia 15/03, defendido pelas correntes PSol e PSTU, foi convocado; 3) o total abandono da convocação das atividades do movimento em favor das campanhas eleitorais ao DCE-USP – enormes krafts das chapas se vêem espalhados por toda parte, nenhum convocando para assembleia. Apesar do boicote das correntes ao movimento, no dia 15/03 dez cursos realizaram paralisação, o que mostra uma tendência de luta que resiste aos golpes das correntes à frente do DCE.

Mesa do PSol derrubada

No início da assembleia, a mesa declarou que havia quorum estatutário (375 estudantes). A primeira votação seria a de inversão da pauta proposta pelo PSol, que seria colocar em primeiro momento as decisões sobre as eleições do DCE e depois as relativas à mobilização. No meio do processo de votação, o PSol, ao perceber que perderia a votação, antes de votar as abstenções, decidiu aferir o quorum. O POR apresentou a questão de ordem de que o quorum tinha acabado de ser aceito pela mesa, que só recolocou a questão porque perderia a votação e reivindicou a continuidade da assembleia com caráter deliberativo. A mesa tentou ignorar a questão e foi colocada pelo PCO nova questão de ordem: substituição da mesa que não respeitava o plenário. Na votação, decidiu-se pela substituição da mesa.

Greve ou “construção da mobilização”

Logo em seguida, votou-se pela priorização das votações sobre mobilização. A Corrente Proletária defendeu a greve com base na existência de mobilização em parte dos cursos. A greve deveria ser aprovada na assembleia, com uma data que seria levada como objetivo às assembleias de curso. Essa seria uma forma concreta de construir a greve. Juntaram-se contra a greve PSol, PSTU, MNN e LER-QI. Com nova assembleia geral marcada para somente daqui a um mês, por proposta dessas mesmas correntes, está descartada a possibilidade de luta imediata contra

a repressão.

A seguir, duas propostas surgiram: que os cursos discutissem cada qual à sua maneira uma nova paralisação ou que se indicasse uma data de paralisação conjunta a ser discutida por todos eles. Venceu a primeira proposta. É a política do pingue pongue: a assembleia geral não vota resoluções de mobilização efetiva porque os cursos não debateram; nas assembleias de curso, os mesmos que propuseram que se decidisse primeiro nas bases jogam com a impossibilidade dos cursos sozinhos fazerem sua mobilização, e empurram a decisão para a assembleia geral. E nada se faz.

Comando restabelecido

A assembleia avaliou a experiência do comando por consenso e votou o restabelecimento do comando por delegados. Agora em nova proporção, passou de 20 para 1 a 10 para 1. O PSol e PSTU votaram contra. Na assembleia de 08/11, votaram pela delegação porque pensavam que iriam a partir dos cursos controlar a delegação. Mas as assembleias massivas votaram delegados da oposição. Então eles passaram a boicotar o comando e, na assembleia do dia 08/03, propuseram sua dissolução, travestida de comando aberto por consenso. O oportunismo de sua política é evidente.

Eleições do DCE mantidas

A proposta de adiamento das eleições do DCE contou com a oposição do mesmo bloco contrário à greve e defensor da assembleia daqui a um mês (PSol, PSTU, MNN, LER). Esse bloco apresenta como pretexto para não mobilizar a necessidade de aprofundar o debate com os estudantes na base. Mas para fazer a eleição não é preciso tempo nem debate com a base, é só correr atrás dos votos. O argumento de que o adiamento seria criticado pela chapa direitista e peessedebista Reação como um golpe mostra o quanto essas correntes se tornaram reféns da presença da direita burguesa na disputa.

No final da assembleia, o PCO propôs a eliminação da chapa Reação das eleições. Votou-se a questão de ordem de não se poder eliminar nenhuma chapa do processo. O POR se absteve para declarar que não era possível votar essa resolução a uma semana da eleição e no final da assembleia, mas que o movimento deveria ter discutido, na inscrição das chapas, a exclusão da chapa que é exterior ao movimento e constituída por partidos burgueses (PSDB e PV). A democracia estudantil existe para todas as correntes do movimento, não externas a ele.

A tarefa principal do momento:

Expulsar a PM do campus e por fim aos processos contra estudantes e trabalhadores! Para isso, é preciso aprovar a GREVE estudantil, rumo à greve unificada dos três setores! Não é possível haver democracia sob as botas da tropa de choque! Não é possível sequer discutir livremente as questões que dizem respeito à universidade sob a repressão da polícia e de expulsões e demissões!

A USP iniciou 2012 sob um dilema: reimplantou-se o regime da ditadura militar, quase trinta anos depois de acabada no país. Os movimentos são reprimidos pela violência policial militar, e são vigiados constantemente pela presença da PM. Os estudantes e trabalhadores são expulsos e demitidos por sua atuação política. Os dirigentes sindicais são amordaçados pela ameaça de processos. Os professores são abertamente subornados para não se oporem às medidas da reitoria/governo.

A ofensiva repressiva abre o caminho para as medidas de privatização, precarização e elitização. O Circular foi privatizado e já impôs a tarifação para parte dos usuários. O plano da reitoria/governo é que logo mais estudantes e funcionários também pagarão. O restaurante proibiu com catracas a divisão de refeições. O espaço do DCE está cercado para ser privatizado. Já se filmam aulas de disciplinas para usar em favor dos produtores de mídia do ensino a distância.

Só será possível resistir à ofensiva da reitoria/governo através da mobilização dos que estudam e trabalham. A repressão serve como medida de contraposição à única força capaz de deter os destruidores do ensino público e gratuito: a mobilização. O discurso da segurança é uma farsa para encobrir o propósito real de repressão.

A PM não vai “sair” da USP por si só, nem por disposição da reitoria/governo. Depende do movimento alcançar as ruas e pressionar o governo em defesa da autonomia universitária. **A continuidade das AULAS joga contra a mobilização, porque age sobre os estudantes amarrando-os aos prazos de trabalhos e provas. A GREVE liberta a massa estudantil para ir às ruas e defender a universidade contra os ataques do governo/reitoria.**

Discursos inflamados, voltados a apagar o fogo da luta

Novamente, vamos ouvir o lenga-lenga dos discursos dos conciliadores com o governo/reitoria: “*vamos CONSTRUIR um movimento*”, “*vamos aprovar um INDICATIVO de greve para o futuro*”, “*é preciso DEMOCRACIA na universidade, somente então se poderá tirar a PM daqui*”. Ou o lenga-lenga dos discursos daqueles que não querem mais enxergar os milhares de estudantes que realizaram as manifestações em 2011 e que não se dissolveram no ar: “*eu também queria a greve, mas me ABSTIVE nos cursos e VOU ME ABSTER de novo aqui na assembleia geral*”.

O fato é que existe uma divisão entre os estudantes quanto à luta pela expulsão da PM. O que cabe é defender o setor disposto a retomar a mobilizações e impulsioná-lo. Construir a greve é aprová-la onde é possível e expandi-la com ela em movimento, nunca numa eterna preparação. Diante da divisão entre os estudantes, não há espaço para a abstenção: ou se está do lado disposto a mobilizar ou se age contra esse lado. A abstenção neste caso age CONTRA.

Retomar o comando de greve

A última assembleia terminou votando, por uma diferença de 32 votos (menos de 4%), pela transformação do comando de greve (formado por delegados eleitos nas assembleias de base) em comando de mobilização aberto e por consenso. Na prática, isso representou a anulação do comando, porque passou a permitir que uma única pessoa, a partir de uma discordância dentro do comando, inviabilizasse suas resoluções. Ou seja, o conteúdo da votação, na prática, foi a permanência do comando versus a sua dissolução. O PSol e o PSTU, que estão na chapa situacionista do DCE, propuseram essa medida justamente para dissolver o comando de greve, que passou a disputar

a direção efetiva do movimento. Sem o comando, a direção do DCE passa a não mais contar com esse “incômodo” para sua prática contrária à mobilização pela expulsão da PM e fim dos processos.

É preciso reverter essa decisão e restabelecer o comando de greve, que na prática realizou a democracia estudantil assentada na discussão nas bases, ultrapassando a política conciliadora da direção. Pela aprovação da volta do comando com delegados de base e deliberativo por voto de maioria!

Para expressar a luta pelo FORA A PM DA USP e FIM DOS PROCESSOS contra estudantes e trabalhadores, nas eleições do DCE, VOTE 27 de Outubro!

Nas eleições do DCE, está em disputa a direção política do movimento estudantil da USP. Baseada no acordo ao redor das bandeiras de luta e dos métodos da ação direta para conquistá-las, foi constituída dentro da reitoria ocupada em 2011 a chapa 27 de Outubro. Todas as correntes e partidos, assim como independentes e autonomistas, dispostos a defender essas bandeiras e a mobilização no processo de disputa eleitoral do DCE se agruparam ao redor dessa chapa. É a única chapa que se apresenta aos estudantes identificada com as ocupações da FFLCH e Reitoria e com a greve estudantil pelo FORA a PM da USP e FIM dos PROCESSOS. Por isso, é a chapa que expressa a construção de um pólo de independência de classe no interior do movimento estudantil da USP. Por isso a integramos e chamamos todos os estudantes que participaram desta luta em defesa da autonomia universitária e da universidade pública e gratuita a se manifestarem massivamente em favor dela nas eleições do DCE.

A chapa Reação é a chapa da direita, do governo (PSDB) e da reitoria, do Estadão e sequer participa do movimento estudantil. É expressão do retrocesso do movimento estudantil sob a direção conciliadora do PSol, que teve sempre a prática de procurar não combater as medidas da reitoria/governo, mas de atenuá-las, e de substituir as assembleias de base pelo Conselho de Centros Acadêmicos, levando o Movimento estudantil na USP praticamente à sua dissolução.

A chapa “Não vou me adaptar” é a unidade entre a atual direção e a pseudo oposição PSTU. Essa frente esteve desde o ano passado sempre em posição contrária à mobilização. Mais do que isso, o PSol jogou papel ativo de combate à luta que se dava. Formou um piquete contra a mobilização dos estudantes que exigiam a saída da PM da USP e a não prisão de 3 estudantes no dia 27 de outubro, e, pior que isso, formou um cordão de isolamento para conduzir os estudantes ao carro de polícia, contra as centenas de estudantes que se manifestavam. Votaram contra a ocupação da FFLCH. O PSTU à mesa tentou dissolver uma assembleia em pleno regime de votação que deliberou a ocupação da reitoria. Fizaram ambos campanha junto à burguesia e imprensa vendida contra o movimento na USP. Votaram contra a greve logo após a invasão da tropa de choque. A chapa se apresenta como de esquerda, mas pratica uma política de direita.

O MNN, que integrava a chapa 27 de outubro, se colocou no triste papel de apoiador dessa chapa, que não pode expressar as bandeiras e o método de luta contra a reitoria/governo, nem derrotar a direita, que se nutre da política conciliadora e desmobilizadora do PSol. Está fadado a entrar em profundo choque com a realidade e com as centenas, milhares de estudantes, que mantêm empunhados as bandeiras e o método de luta, que permitirá o movimento retomar o caminho percorrido no final de 2011.

Bahia

Direção da APUB concilia com governo Dilma e retarda a mobilização da categoria dos professores

A primeira reunião para apresentação do novo titular do SRT (Secretário de Relação do Trabalho do MPOG), Sergio Mendonça, interlocutor do governo nas negociações em substituição a Duvanier Ferreira, falecido em 19 de janeiro deste ano, ocorreu em 7 de março desse ano. Essa reunião contou com a participação de 40 representantes de entidades dos servidores públicos federais. A segunda parte da reunião foi apenas com as entidades que representam o Fórum de entidade de servidores públicos para tratar da pauta geral dos referidos servidores.

Em agosto de 2011, foi firmado acordo nº 004/11 entre PROINFES e ANDES com o governo federal como parte da PL2203/11, em processo de tramitação na câmara federal. O referido acordo teria como prazo último 31 de março de 2012, porém o novo secretário já anunciou que vai repactuar os prazos e trabalhar com a data de 31/08/12 para finalizar todas as negociações com entidades nacionais. O Acordo 004/11 se refere ao reajuste de 4% sobre o vencimento básico (VB), a redistribuição de titulação (RT) e a incorporação das gratificações, para a carreira de magistério em ensino superior (GEMAS) e da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (GEDAT).

A categoria, que tem apostado nas negociações, sai de cada reunião com as mãos vazias, pois o governo não apresenta qualquer interesse e expectativa de construir propostas concretas para o ano de 2012. Afirmou o secretário em exercício “não ser possível atender as negociações de políticas salariais permanentes e que não há quaisquer

perspectivas das perdas de reposição salarial”.

Isto implica dizer que os professores federais, a mercê das direções reformistas amargarão perdas ainda maiores nesse ano. O secretário deixou claro que a PLP 549, que trata do congelamento dos recursos para o funcionalismo público, limitando por 10 anos em 2,5% o aumento com o gasto de pessoal e de investimento em reformas, é uma alternativa do governo para resolução de questões fiscais. O novo secretário disse que não basta negociar, é necessário convencer o governo das necessidades dos servidores.

Evidentemente, a luta dos professores universitários das instituições federais se encontra condicionada pela situação que o governo Lula/Dilma colocou a educação do nosso País, sucateando as universidades, adotando medidas de desnacionalização da educação, impondo processos de avaliação de desempenho, uma lógica perversa do produtivismo sobre os professores e uma expansão desordenada (REUNI) sem quaisquer condições de trabalho.

Devemos fazer uma oposição revolucionária ao governo Dilma e combater o parasitismo das direções reformistas dos sindicatos. Aqui na Universidade Federal da Bahia (UFBA), devemos reorganizar a oposição à direção do sindicato, constituindo uma verdadeira direção revolucionária, capaz de mobilizar a categoria, em aliança com a luta dos estudantes e servidores, para combater a política privatista e de destruição da educação, levadas a cabo pelo governo Dilma (PT).

Rondônia: Suspensão da greve dos trabalhadores da educação Uma avaliação crítica

A greve na educação estadual e municipal, de Porto Velho tinha todas as condições para ser forte e unificada. A greve foi aprovada pela enorme pressão dos trabalhadores da educação sobre a direção sindical. O estopim do movimento se deu em função do arrocho salarial e das perdas que foram se acumulando nos últimos anos.

O movimento começou a ser construído no final de 2011. Na assembleia do 13/12, os trabalhadores em educação da rede municipal deram início à campanha salarial 2012. Foi aprovada a pauta de reivindicações, que incluía o reajuste salarial de 37,10%. E um alerta aos governos de que o ano letivo poderia não iniciar em 2012, caso não houvesse o atendimento das reivindicações.

No dia 31/01, no retorno das férias, o Sintero convocou uma assembleia. Não havia resposta às reivindicações, por parte do prefeito petista, Roberto Sobrinho. Os trabalhadores reafirmaram a decisão de ir à greve. A burocracia do Sintero começou com as manobras. Disse que não poderia iniciar a greve sem cumprir os prazos exigidos pela Justiça, ou seja, sem acatar a lei que rege as greves. Assim, empurrou para o dia 13/2, o prazo para o prefeito apresentar uma resposta.

Na assembleia do dia 13/02, a decisão foi unânime pela greve. Novamente, os burocratas jogaram o início da paralisação para o dia 16/2. Tentaram fazer uma greve por tempo determinado (uma semana), contrariando a decisão da assembleia que aprovou o caráter indeterminado. O prefeito ganhou tempo e anunciou que faria uma contra-proposta no dia 28/2. A disposição de luta era de aguardar em greve a tal resposta.

A proposta do prefeito de 6,5% de reajuste, no dia 28/02, foi rejeitada pelos grevistas. A partir daí a burocracia sindical, com a ajuda do prefeito, foi dismantando o movimento. Fato que culminou no dia 2 de março, quando da apresentação da proposta de: 1) Incorporação da gratificação de incentivo à educação paga atualmente aos professores no valor de R\$ 220,00 e para os técnicos administrativos educacionais no valor de R\$ 120,00; 2) Aumento salarial linear de 6,5%

sobre o novo salário após a incorporação da gratificação; 3) Criação de uma nova gratificação no valor de R\$ 150,00 para os professores e de R\$ 100,00 para os técnicos administrativos educacionais; 4) Extensão da gratificação de 10% aos técnicos administrativos educacionais que concluíram o curso de formação Profucionário.

Mesmo com a manutenção da greve na rede estadual, a burocracia quebrou o movimento da rede municipal.

A greve na rede estadual e a conduta da burocracia sindical

No dia 20 de dezembro, os trabalhadores da educação da rede estadual aprovam a pauta de reivindicação de 2012, exigindo a reposição salarial de 35,23%. No dia 30/01, o governador concedeu 6,5%. A assembleia aprovou a greve. Da mesma forma, a burocracia sindical, usando a truculenta lei de greve, jogou a decisão para o dia 9/2. Neste dia, defendeu o início da paralisação para o dia 16/02. Fato que culminou com a greve do município e do estado.

Durante o período de greve, a direção do sindicato não impulsionou a real unificação das duas redes de ensino. O governador esperou o prefeito anunciar a miséria, para em seguida fazer o mesmo. Assim, concedeu: 1) 6,5% de reajuste e 40% no valor das gratificações; 2) enquadramento emergencial, aprovação do Plano de Carreira até julho; 3) pagamento da licença prêmio por meio de aumento de recursos de forma gradativa.

Os burocratas do Sintero quebraram a greve. Sem a confiança no sindicato, os trabalhadores aceitaram a suspensão do movimento. Diante de alguns protestos, a direção se limitou a dizer que a greve foi suspensa para ser retomada em agosto. Coisa de pelego sindical!.

O importante para os grevistas é fazer uma avaliação crítica do movimento, que inclui as reivindicações, a disposição de luta, os métodos utilizados, as propostas dos governantes e o papel da burocracia. A Corrente Proletária atuou no movimento defendendo a unidade grevista, as reivindicações de reposição das perdas salariais, os direitos dos trabalhadores e os métodos da ação direta e coletiva dos grevistas.

Governo corta verbas e aumenta a ingerência sobre a UEPB

Responder com a defesa da autonomia e independência em relação à burocracia universitária e partidos da burguesia

Não há um partido burguês que nos últimos meses não tenha se pronunciado “defendendo” a autonomia da Universidade Estadual da Paraíba. Audiências na Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e até no Senado Federal debatem o assunto. O PSDB se coloca como o “pai” da autonomia, pois aprovou em 2004, no governo de Cássio Cunha Lima, uma lei de autonomia financeira, estabelecendo um percentual mínimo de 3% da arrecadação para as universidades estaduais, calculados mensalmente. Este percentual, pela lei, deve se manter ou aumentar, pois a lei impede que o repasse seja menor do que no ano anterior.

O governador Ricardo Coutinho, do PSB, diz defender a autonomia enquanto corta o orçamento da universidade e em vez de transferir os recursos para a conta tesouro da universidade, os passa para uma conta sobre a qual a reitoria tem controle parcial e o governo pode dispor livremente dos recursos destinados ao ensino superior estadual.

A reitoria da UEPB, dirigida por Marlene Alves, candidata à prefeitura de Campina Grande pelo PCdoB, tem denunciado o governo, mas também mostra seus pés de barro enquanto faz isso. Por um lado, sua atuação tem sido caracterizada pelos óbvios interesses eleitorais, há *outdoors* na cidade com frases suas entre aspas “defendendo” a autonomia. Por outro lado, o governador se vale da situação para lançar suspeitas sobre a administração dos recursos na universidade, aproveitando para queimar publicamente a candidata do PCdoB. A reitora se defende dizendo que o governo manipula os dados, pois, ao afirmar que está repassando mais do que em 2011, portanto cumprindo a lei, desconsidera o acordo feito entre ela e Coutinho em 2011. Na ocasião, a reitoria aceitou que o governador repassasse 4,34% da receita – menos do que os 5,77% que constavam no Orçamento do Estado em 2011 – mas com o compromisso de que depois regularizaria seus débitos. Além de não pagar o que faltou, o governador ainda oficializou o valor rebaixado. Em vez do duodécimo de R\$27 milhões que deveria ser passado, o governo agora repassa R\$18,1 milhões.

Dentro da Universidade, o Sindicato de Funcionários propôs uma greve no início de 2011, pois o corte no repasse afeta diretamente a reposição salarial. Na ocasião a Associação de Docentes não se juntou ao movimento dos funcionários, apostando que o governador cumpriria com a lei. Neste ano, também não há um movimento unificado de professores e funcionários em defesa da reposição ou do cumprimento da lei de autonomia financeira. Junto com as mobilizações nacionais da educação, as atividades da UEPB foram paralisadas nos dias 14, 15 e 16 de março de 2012.

Os estudantes estão atuando limitadamente, foram feitas caravanas do DCE nos campi da UEPB, em Catolê do Rocha, Patos, Monteiro, Araruna, Campina Grande e João Pessoa, e a juventude do PCdoB (UJS) protagonizou um ato desastrado na posse dos professores, no último dia 16 de março, em João Pessoa. O movimento não está atuando com um programa independente em meio a esta crise, fica subordinado aos interesses eleitorais em questão.

Autonomia e relações de poder na universidade

Apesar de a palavra autonomia ter se popularizado neste processo, seu conteúdo foi esvaziado. Evidentemente, a ingerência do Estado no orçamento e gestão da universidade representa uma grave violação da autonomia universitária. Mas é urgente ir além da reivindicação de

cumprimento desta lei e da própria Constituição. O orçamento da universidade deve ser definido democraticamente, em uma Assembleia Geral Universitária, e por meio da luta deve ser imposto ao governador. A defesa da autonomia está indissoluvelmente ligada à defesa da soberania da Assembleia Geral Universitária, do voto universal e do governo tri-partite, de estudantes, professores e funcionários. Também está ligada à defesa do ensino laico, científico e vinculado à produção social. Se olharmos a educação para fora dos muros das universidades públicas e observarmos que 75% das vagas existentes estão no ensino superior privado, e principalmente que 86% de jovens têm seu direito à educação negado, vemos que é fundamental erguer uma campanha pela estatização da rede privada e constituição de um único sistema de ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

A resistência aos ataques não partirá da burocracia universitária. Como dizer que a reitoria, conduzida por um partido que já se dobrou diante dos latifundiários, da burguesia nacional e até mesmo da burguesia imperialista será capaz de defender a autonomia da universidade? Como esperar que o CONSEPE, cuja representação estudantil é ínfima (preenchida pelo DCE, dirigido pelo PCR), se coloque em choque com o Estado burguês em defesa da autonomia?

A via da confiança no Estado, das negociações e da busca por ocupar postos no parlamento, no executivo e na cúpula da burocracia universitária é a via da derrota. É necessário impulsionar desde já um movimento que se coloque em defesa de uma política proletária para a universidade, pois a autonomia universitária efetivamente só poderá ser exercida se impedirmos qualquer ingerência do Estado e dos partidos burgueses e pró-burgueses no interior da universidade.

É preciso afastar também as ilusões reformistas de que basta o governador repassar os 5,77% da receita do Estado solucionar os problemas da universidade. Mesmo com esta percentagem o valor é insuficiente. Faltam professores, há vários que são contratados em regimes precários (o departamento de história tem mais substitutos do que efetivos); o restaurante universitário é um dos mais caros do país, é necessário desembolsar R\$6 para se alimentar, pois a reitoria o concedeu a uma empresa privada que, em troca do espaço construído pela UEPB, oferece algumas bolsas para estudantes. A moradia estudantil é insuficiente, tem apenas 88 vagas num universo de cerca de 18 mil alunos e foi ameaçada de fechamento pela reitoria, em 2010, que alegou falta de recursos. Depois de cinco dias de acampamento dos estudantes, a reitoria voltou atrás. Mesmo com toda precariedade foi criado um campus em Araruna, em 2010, cidade natal do então governador José Maranhão, uma demonstração clara de subordinação da universidade às oligarquias locais.

Se os 5,77% não resolvem nem os problemas da universidade, imagine se conseguirá resolver os problemas de educação e saúde dos trabalhadores em geral, como promete a reitora e demais politiquês. Estamos vivendo uma crise profunda do capitalismo, em vez de serem ampliados, os direitos estão sendo recortados, o acesso ao ensino superior é cada vez mais restrito, a educação e a saúde são cada vez mais mercantilizadas. É necessário partir destas constatações para afirmarmos que o movimento universitário deve se colocar em choque com o próprio capitalismo, o exercício da autonomia só é possível neste confronto. Uma nova universidade deve ser fruto de uma nova sociedade. Por isso, a luta nas universidades deve se vincular às lutas pelas reivindicações mais sentidas dos trabalhadores e se colocar sob a bandeira da revolução proletária.

São Paulo

A força dos professores está na greve

A paralisação de três dias provocou um alvoroço na maioria das escolas. Os comandos de mobilização percorreram centenas de escolas em todo o estado. No último dia, a greve atingiu 80% dos professores. A assembleia foi massiva, estima-se cerca de 10 mil. Fato que não ocorria desde a greve de 2010. Essa foi a demonstração de que os professores não suportam mais os ataques de Alckmin. Foi, também, a resposta aos inúmeros processos judiciais (liminares, sentença, etc.) movidos pelo sindicato e retrucados pelo governo. Portanto, sinalizou o caminho para impor o cumprimento da Lei do Piso.

A força está justamente na ação coletiva. Daí a importância da unidade nas escolas, da unificação do movimento e da mobilização direta (greves, manifestações de rua, assembleias etc). Por isso, quando ocorrem atitudes individuais nas escolas contra a ação coletiva da classe, nada mais são do que manifestações da assimilação da política de nosso inimigo de classe. O individualismo diante de uma decisão coletiva é uma poderosa arma em favor da quebra da luta geral do professorado. O magistério, esmagado pela violenta jornada de trabalho e pelos baixos salários, está obrigado a recorrer aos métodos da classe operária para poder conquistar suas reivindicações. A experiência com as negociações fracassadas entre sindicato e governo e com as medidas judiciais, sem mobilização da classe, serviu de lição para o professorado retomar o caminho da ação direta.

Governo precisou sair do pedestal

Diante da paralisação, o governo fez alguns acenos:

1. Manteve o reajuste de 10,2%, mas aceita a possibilidade de rever os 5%, engolidos com a incorporação da GAM;
2. Disse que anulará a resolução 44, que dividiu as férias de janeiro;
3. Aventou a disposição de aplicar a Lei do Piso, de forma gradual (até 2014).

Certamente, não há nada de concreto. É uma hipótese, que pode se transformar em natimorta, caso o movimento se enfraqueça. A diretoria da Apeoesp confia na Comissão Paritária, que discutirá esses acenos. Mas, nós professores, confiamos apenas na força da classe. O governo só vai colocar no papel seus acenos se o movimento continuar firme e disposto a ir à greve por tempo indeterminado, caso não cumpra.

Nenhuma trégua, é hora reforçar a mobilização

Na assembleia, uma parcela dos professores votou pela convocação de nova assembleia ainda no mês de março. Estava convicta de que um mês de espera pode ser um espaço grande para o governo voltar atrás. A maioria da diretoria da Apeoesp defendeu que a mesma se realizasse somente no dia 20 de abril, sendo aprovada. A disposição de enfrentar o governo veio com a vitória da proposta de realizar a assembleia na Avenida Paulista, contrariando a direção do sindicato.

Agora, o fundamental é trabalhar pela paralisação total das

escolas no dia 20. Se o governo se esquivar, certamente, a revolta dos professores será grande. Tomar a Avenida Paulista, marchar em direção à Secretaria da Educação e avaliar a proposta do governo são as nossas tarefas.

Avançar nas reivindicações para ganhar a unidade da classe

A Assembleia também aprovou outras reivindicações. Algumas muito aquém das necessidades dos professores. Entre elas:

1. Sobre o salário, aprovou-se a reposição imediata dos 36,74%. Esse valor não repõe as perdas. É preciso, também, reafirmar que não aceitamos o reajuste parcelado e a mudança da data-base. Os 10,2% para receber na metade do ano pouco refrescam diante das enormes perdas salariais;
2. Sobre os professores da categoria O, aprovou-se a campanha de denúncia da precarização dos contratos e a garantia do Iamspe. Isso é muito pouco. Os milhares de professores que estão nessa condição exigem a estabilidade. Por isso, as reivindicações de estabilidade a todos os contratados e fim das provas malditas mobilizam essa camada duramente golpeada pelas leis de Alckmin;
3. Sobre a lei 836, deliberou-se o debate em torno do Plano de Carreira. Isso é pura abstração! O governo se apoia na Lei 836 para não cumprir a Lei do Piso, para impor as avaliações de mérito e outras medidas nefastas ao ensino e aos professores. É preciso ser claro na defesa do fim da Lei 836, que destruiu conquistas do magistério e reforçou a divisão da classe. Devemos exigir as reivindicações de salário, emprego e direitos, tão surrupiados pelos governos.

Como se vê, a assembleia, a partir do debate nas regiões, tem condições de aprovar uma pauta que unifica o professorado e responde à miséria salarial.

A greve nacional ressaltou o descaso dos governantes para com a educação

As manifestações dos grevistas em outros estados, a exemplo do Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, etc, ganharam os noticiários na TV e nos jornais. Puderam comprovar que a luta do magistério é a mesma em todo o País. A direção nacional (CNTE) demorou para tomar a iniciativa de unificar os movimentos pelo cumprimento da Lei do Piso. Tratava-se de uma reivindicação que estava presente nas greves de 2011. Bastou chamar a greve nacional para que os professores ganhassem às ruas.

Os governos, do PT ao PSDB, estão unidos contra a aplicação da Lei. A quebra dessa centralização autoritária dependerá da unificação dos movimentos. O papel da CNTE é de unificar as lutas. Não podemos deixar de dizer que esse tem sido um obstáculo, pois sua direção apoia o governo Dilma e, dificilmente, colocará o magistério nacional contra o ministério da Educação. Mas é por meio da experiência (no movimento) que o professorado forjará uma direção combativa e classista.

Nesta edição:

- Argentina: A resposta operária diante da crise
- A IX Marcha do TIPNIS e a Situação Política e Social
- Bases Organizativas e Políticas do Sindicalismo Revolucionário
- Fora os Estados Unidos e Otan do Afeganistão
- Trotsky: Necessita-se imediatamente de ajuda

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina

Publicamos os pontos programáticos do documento Situação Política Nacional, da Conferência Nacional 2012, do Partido Operário Revolucionário da Argentina, que será realizada em abril. As teses constam de uma análise da estrutura econômica do País e seu vínculo com o mercado mundial, da crise internacional e seus reflexos na Argentina. Partindo da base econômica e das manifestações desintegradoras do capitalismo, o documento expõe a compreensão do POR sobre a situação política e do desenvolvimento da luta de classes. Caracteriza o governo de Cristina Kirchner como pró-imperialista, demonstrando a falsificação daqueles que o tipificam de governo “nacional e popular”. Sob essa máscara, se esconde a burocracia sindical da CGT e CTA. A tarefa de desestatizar as Centrais e sindicatos e conquistar a unidade organizativa das organizações de massa se destaca no documento. A Conferência objetiva compreender a crise de direção por que passa o proletariado argentino e preparar a militância para impulsionar a construção do POR, que se encontra em estado embrionário.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, que esteve sob a direção de Guillermo Lora do POR da Bolívia, orientou as seções brasileira e argentina a elaborarem o programa como ponto de partida da formação do partido marxista-leninista-trotskista. O que quer dizer compreender as leis históricas e as particularidades de nossos países aplicando o Programa de Transição da IV Internacional e assimilando a rica conquista internacional do proletariado. A Conferência Nacional do POR argentino é mais um passo que se dá nesse sentido.

A resposta operária diante da crise

1. Impor o salário mínimo vital para manter uma família - 6.300 pesos (para a região central), como publicou a Universidade Nacional de Rosário. Combater o governo e seus seguidores que dizem ter promovido uma justa distribuição de recursos: 90% dos assalariados não atingiram o salário mínimo vital e móvel.
2. Rejeitar os tetos salariais das paritárias. Organizar as assembleias de base para debater a pauta de reivindicações e eleger os delegados paritários, encarregados das negociações e que prestem contas às bases do que se negocia nas câmaras patronais. Impedir que a burocracia continue negociando às costas dos trabalhadores.
3. Aposentadorias e pensões que tenham como mínimo o custo familiar. Pagamento de todos os processos judiciais aos aposentados.
4. Recuperar todo o dinheiro da ANSES que está nas mãos dos grandes capitalistas. Colocar todos esses recursos para pagar as dívidas com os aposentados e para as obras públicas dirigidas a resolver os problemas populares.
5. Diante a inflação: reajuste automático dos salários para manter seu poder de compra. Deve ser móvel mês a mês, não se pode esperar meses para recuperar as perdas. A inflação é uma doença capitalista, não é de responsabilidade dos trabalhadores.
6. Rejeitar os tarifas, exigir a eliminação do IVA e que os capitalistas arquem com 100% dos encargos sociais que incidem o salário. Que os capitalistas mantenham seu Estado, nenhum imposto sobre o salário.
7. Não é suficiente assinalar que se deve acabar com toda forma de subsídio aos capitalistas. As concessões dos serviços públicos essenciais devem ser nacionalizados e colocados sob controle operário coletivo. O Estado deve garantir a prestação de um bom serviço.
8. Impedir o fechamento de fábricas ou suspensões. Toda fábrica que suspenda ou demita deve ser ocupada e colocada em funcionamento sob controle operário coletivo.
9. Acabar de vez com o desemprego, conquistando o trabalho genuíno para todos. Eliminar o trabalho precarizado; acabar com a terceirização estabelecendo trabalho igual, igual convênio. Fim dos contratos por agências. A resposta é: distribuir a totalidade das horas de trabalho entre todos os trabalhadores sem reduzir salários (escala móvel de horas de trabalho).
10. Impor a efetivação dos trabalhadores contratados pelo Estado (federal e estaduais).
11. Impulsionar um amplo plano de obras públicas, moradia, esgotos, água potável, hospitais e escolas para atender às necessidades da população.
12. Não ao pagamento da dívida fraudulenta ao Clube de Paris e aos Bancos. Investigação de toda a dívida externa já paga, aqueles que contraíram e aqueles que se beneficiaram, para recuperar todos os recursos.
13. A classe operária não quer “participar dos lucros” das grandes empresas como propõe a burocracia, para criar uma associação

com os interesses patronais e formar a aristocracia operária, isolando esse setor do restante dos trabalhadores. A classe operária tem uma política totalmente oposta: exige o salário mínimo vital e a abertura dos livros contábeis de todas as empresas e o controle operário coletivo. A perspectiva da classe operária não é associar-se aos grandes capitalistas, mas sim acabar com a burguesia, transformando sua propriedade em propriedade social.

14. Expropriar sem indenização as petroleiras e gasíferas, recuperar jazidas, destilarias e distribuição para conseguir o auto-abastecimento.
15. Expropriar sem indenização todos os latifúndios, sejam de proprietários estrangeiros ou “nacionais” e organizá-los sob a forma de fazendas coletivas. Entregar as terras aos camponeses e povos nativos, que foram expulsos delas, propondo-lhes que se integrem nas fazendas coletivas, que permitirão a melhor exploração com os recursos técnicos.
16. Nacionalização do comércio exterior. Romper com o imperialismo e conquistar a soberania nacional é também romper com as amarras do comércio exterior, que é dirigido por um punhado de multinacionais que concentram as exportações.
17. Frear a exploração da soja transgênica; frear o desmatamento; proibir os glifosatos e similares; (o governo planeja elevar a produção da soja ao dobro, estendendo a fronteira agrícola).
18. Frear a mineração a céu aberto, contaminante, expulsá-las do país juntamente com os politiquinhos vendidos que atuam como portavozes.
19. Deve-se privilegiar o fim da fome, assegurar que cheguem todos os recursos a todos os rincões do país, para que nenhuma família deixe de receber as proteínas de que necessita para crescer saudável, sem que se submeta aos politiquinhos que a roubam ou a usem com o assistencialismo.
20. Defendemos o protecionismo. Não rebaixar as taxas alfandegárias para bens luxuosos e para as mercadorias que possam ser produzidas no país, porém sob controle da classe operária. Assim a burguesia, que controla o mercado interno sob formas monopolistas, não se aproveitará da situação privilegiada para assegurar os superlucros e oferecer produtos de baixa qualidade.
21. O plano de continuar incrementando a produção de carros é das multinacionais que integraram sua produção e comercialização no Mercosul multiplicando seus lucros. As fábricas automobilísticas devem ser reconvertidas para produzir prioritariamente o que país mais necessita: vias férreas, locomotivas, vagões, equipamento para o campo, etc. A produção automotriz, com infinidade de modelos, é um desperdício de recursos materiais e humanos que devem se dirigir ao transporte coletivo para economizar aço, combustível, que devem se destinar há outros setores da economia. O crescimento desmedido do parque automobilístico obriga o País a destinar recursos para as rodovias, estacionamentos e nova estrutura de viária capaz de suportar semelhante crescimento. A classe operária tem um plano que privilegia as necessidades das massas, da Nação em seu conjunto, contrário aos interesses das multinacionais. A questão não é só “substituir importações”, como diz o governo, mas sim definir o que, para quem e como se produz. É um disparate a defesa de os carros somente tenham em média 30% de componentes nacionais, porém é um disparate maior destinar os esforços para produzir 800.000 carros por ano e ter de importar gasolina para abastecer esses carros.
22. O plano estratégico da classe operária é recuperar a produção e

distribuição do petróleo, gás, aço, alumínio, eletricidade, sob o controle coletivo. A burguesia assumiu o caminho irreversível ao entregar os setores essenciais às multinacionais. A classe operária quer recuperar as conquistas do passado no terreno científico para colocá-las a serviço do desenvolvimento das forças produtivas, e não para o benefício de alguns setores capitalistas. A burguesia submetida às ordens do imperialismo desmantelou todo desenvolvimento nuclear, de aviação e do equipamento de material ferroviário. O plano da burguesia de impulsionar a formação de pymes aponta para conviver eternamente com o imperialismo -multinacionais-, ocupando um pequeno espaço que lhe permita desenvolver.

23. Ao Mercosul das multinacionais, contrapomos o objetivo estratégico da unidade da América Latina, sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas de América Latina. A unidade operária-camponesa do continente. A burguesia só pode oferecer essa farsa de integração e a unidade que é só dos grandes capitalistas.
24. O governo não tem plano para resolver o problema vital da moradia. Privilegia o negócio privado, orientando-se a construir em função dos investidores e a incrementar a renda dos capitalistas, que se contrapõe às necessidades da população que precisa de um teto próprio. Por esse motivo, nem se constroem moradias populares, nem se facilita o crédito a longo prazo, com baixas taxas de juros, para que os trabalhadores possam adquirir sua casa. Os planos hipotecários que se oferecem são uma farsa destinada somente a propaganda. A classe operária defende converter totalmente a indústria da construção. Hoje existem os meios técnicos para construir muito rapidamente e existem todos os recursos materiais para fazê-lo. A forma limitada que os governos federal e estaduais têm feito é para atender ao clientelismo e servir de fonte de corrupção.
25. Exigimos a prisão de todos os genocidas; a formação de Tribunais Populares, apoiados na ação direta das massas para punir os responsáveis dos crimes contra o movimento popular já que a justiça burguesa jamais punirá os verdugos; exigimos o fim dos processos de 6.000 lutadores, a liberdade aos presos políticos, a revogação da Lei Antiterrorista; prisão para os responsáveis do massacre da Ponte Pueyrredón, fim da perseguição e da criminalização dos lutadores.
26. Pelo desmantelamento das redes do narcotráfico amparadas pela polícia e pela justiça. O narcotráfico é um dos piores flagelos que vem destruindo a juventude, é imprescindível se auto-organizar a partir dos bairros para enfrentar e eliminá-lo.
27. As respostas que a classe operária coloca diante da crise diferem radicalmente das que o governo enuncia, uma vez que este está interessado em preservar os ganhos do capital e suas propriedades. As respostas do proletariado, ao contrário, se dirigem ao conjunto dos oprimidos, para libertar a Nação da opressão imperialista. Para impor esta política, é necessário o levante dos oprimidos, a sua insurreição, nunca será resolvido pelo Congresso, pelas leis ou por votações. As massas para impor esta política devem se independizar dos capitalistas, de seus partidos e de suas instituições. Devem se livrar de toda ilusão em reformar ou humanizar este sistema decadente. As massas devem se auto-organizar, a partir das bases, criar suas próprias organizações. Por isso, é essencial pôr em pé seu partido revolucionário, sem essa tarefa nada será resolvido. Em todo esse processo, o partido revolucionário deve intervir para se tornar em dirigente, em referência, para que

a classe operária possa orientar as massas sob sua estratégia revolucionária. A classe operária trabalhará por constituir uma Frente Única Anti-imperialista, unindo as camadas e classes oprimidas não exploradoras por meio de seu programa. Não se trata de adotar o programa desses setores não-proletários, mas colocá-lo sob a perspectiva da classe operária, a única que pode dar resposta vitoriosa às suas reivindicações não realizadas pela burguesia.

28. Não se trata de construir qualquer partido, não faz falta construir um partido para obter mais votos, ou para formar blocos de depu-

tados no Congresso. Trata-se de construir o partido-programa, o partido que será o estado-maior da classe operária, que concentra o melhor da vanguarda proletária, forjado na luta de classes e com a estratégia da revolução proletária. Não há outras vias, não há outras saídas, não há outro caminho para começar a construir o socialismo senão derrubando o Estado burguês e instaurando a ditadura do proletariado (governo operário-camponês). A construção do partido é o problema dos problemas, aí se concentra a questão da direção da classe operária.

Bolívia:

A IX Marcha do TIPNIS e a Situação Política e Social

As manifestações em geral não ocorrem à margem do desenvolvimento do processo político, às vezes são freadas porque entram em choque com condições negativas e outras vezes são impulsionadas por fatores materiais e subjetivos a níveis inesperados, que até mesmo seus promotores não conseguem prever. É importante analisar em que condições sociais concretas está se organizando a IX Marcha do TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure) e como ela pode afetar o futuro desenvolvimento da situação política.

Vivemos em uma etapa onde os acontecimentos mudam rapidamente, é uma característica da situação revolucionária que se inicia no país já há alguns meses. As condições políticas nas quais se realizou a VIII Marcha, há apenas cinco meses, culminou com uma impressionante mobilização em La Paz que colocou em suspenso o governo de Evo Morales mudaram consideravelmente. A situação econômica dos diversos setores se deteriorou gravemente.

Praticamente desapareceu a ajuda externa, a produção de combustíveis e minerais estagnou e a situação econômica do país se deteriora cada vez mais. O governo tem mais dificuldades para cumprir suas obrigações sociais, acentuando a sua orientação fundomonetarista com relação à questão salarial (descarrega sobre as costas dos trabalhadores o peso da crise, colocando em segurança os interesses das multinacionais), não há orçamento para a saúde e educação e inicia uma política drástica de contenção e racionalização de materiais e medicamentos, não atende às necessidades vitais das pessoas afetadas pelos desastres naturais, a renda dos autônomos está cada vez mais miserável, e assim por diante.

Como efeito dessa situação lamentável, as manifestações se generalizam em todo o país. As disputas fronteiriças entre departamentos e municípios são desencadeadas e o governo perde todo o controle sobre elas. Os setores mais deprimidos, como os deficientes, realizam manifestações que afetam a sensibilidade das pessoas. O problema das baixas rendas e dos salários miseráveis são bombas-relógio que podem explodir a qualquer momento. O problema da segurança cidadã está se tornando cada vez mais insustentável e gera grandes manifestações sem que o governo mostre capacidade de responder ao fenômeno social da delinquência.

Enfim, a situação política e social se resume a que no horizonte já se aponta uma tormenta social exigindo soluções para os graves problemas estruturais e na frente está um governo impotente e incapaz de dar respostas efetivas e eficientes às necessidades dos oprimidos, um governo que – a cada dia que

passa – mostra-se mais reacionário e busca desesperadamente abrigo na sombra das multinacionais imperialistas, um governo que – para garantir sua estabilidade – usa a repressão violenta contra os mobilizados.

A IX Marcha do TIPNIS marcada para o dia 20 de abril, que ocorre neste contexto político-social, pode rapidamente se transformar em um aglutinador de todos os setores que já estão nas ruas e atuar como uma alavanca para impulsionar os outros que ainda não se atinaram em colocar-se em pé para lutar. Isso pode impulsionar vigorosamente a tendência que já existe, para que os diversos setores (devido à ausência de uma direção nacional) unifiquem suas ações articulando nas ruas seus programas de luta unitária, que lhes permitam atuar em conjunto para dobrar o governo. Esta tendência já está se materializando em La Paz com o pacto dos médicos com o magistério, com os trabalhadores da saúde, o CNS. E também a última mobilização em Oruro com a massiva participação dos mineiros de Huanuni confirma esta tendência de luta unificada.

Promover uma marcha indígena da dimensão da anterior é muito difícil. Deve-se resolver o problema logístico que custa dinheiro. O governo de Evo Morales, que nasceu desse tipo de mobilização, conhece muito bem o problema e está empenhado em bloquear e desarmar economicamente todas essas instituições que promoveram a defesa da ecologia com financiamento externo. Empenha-se, portanto, em prostituir com regalias os povos do TIPNIS (o favor dos motores a bordo e por esta razão está militarizando o Parque). Evo Morales esgotará todos os recursos para evitar que se inicie a marcha, porque entende que, efetivando-se, será um grande perigo ao se converter no olho de um furacão social, que pode acabar com seu governo.

Os marchistas devem partir da convicção de que a mobilização social gera uma grande capacidade para resolver todos os problemas por maiores que pareçam. As campanhas de arrecadação de alimentos, roupas e medicamentos também se convertem em formas de mobilização dos diferentes setores sociais. O importante é formar uma organização que articule as mobilizações urbanas e rurais com a marcha indígena.

A consigna deve ser potenciar a marcha indígena por todos os meios, articular um programa de luta que represente as necessidades de todos os setores sociais e sindicais, articular forças que sirvam como direções que surgidas das bases para impulsionar a mobilização nacional.

(extraído do Jornal “Masas”, nº 2256, de 23/03/2012)

Bolívia: Eleições no Sindicato Mineiro de Huanuni .

Bases Organizativas e Políticas do Sindicalismo Revolucionário

1. Pela forma como produzimos e pelo lugar que ocupamos no processo de produção, nós trabalhadores temos tanto interesses imediatos como históricos.
2. Os interesses imediatos são aqueles que dizem respeito às condições de vida e de trabalho e que temos urgência de resolvê-los no percurso da luta.
3. O sindicato historicamente surgiu como uma necessidade dos trabalhadores de se organizarem para se defender dos abusos patronais.
4. O sindicato reúne todos os trabalhadores pertencentes a um determinado local de trabalho, independentemente da filiação partidária, de seu alinhamento ideológico ou religioso, é o mais amplo possível.
5. O sindicato tem existência legal, seus atos são públicos. É uma conquista democrática dos trabalhadores que os empregadores permanentemente querem limitar, quando não desconhecer.
6. O sindicato pertence a todos os trabalhadores, portanto os dirigentes são obrigados a responder por todos os seus atos perante as bases e agir de acordo com o que estas decidam. Isto é, estão subordinados a Assembléia Geral de Trabalhadores.
7. A publicidade necessária dos atos do sindicato, para que todos os trabalhadores saibam o que faz sua organização e como ela é dirigida, é um dos requisitos que podem permitir que tudo o que se faça possa ser previamente conhecido pelos trabalhadores.
8. A base de funcionamento do sindicato é a democracia sindical. Pelo que dissemos, compreende-se que nas organizações sindicais (frentes de classe, onde coexistem diferentes tendências políticas), é aplicada a democracia sindical o que significa respeito a todas as tendências operárias.
9. A adoção pelo sindicato de uma linha revolucionária é o resultado do processo de maturação política dos trabalhadores e não pode ser uma imposição arbitrária.
10. Um dos problemas permanentes nos sindicatos é a burocratização das direções. A burocratização ocorre quando as direções se divorciam das bases e atuam por conta própria e à margem das bases. Deixam assim, fatalmente, de representar os interesses gerais dos trabalhadores para substituí-los pelos seus próprios interesses. Acabam defendendo os interesses dos patrões, se corrompendo em troca de benefícios pessoais de todos os tipos.
11. Notamos que a regra organizativa fundamental que corresponde aos sindicatos é a democracia sindical, que deve ser observada de forma mais ampla. O ponto de partida desta democracia é o respeito à vontade das bases e o combate a todas as formas de burocratização das direções que acabam defendendo os interesses dos patrões.
12. Deve estabelecer a regra de que os dirigentes sindicais não recebem remunerações adicionais por sua atividade sindical, a não ser as que recebem normalmente como trabalhadores.
13. Os interesses históricos da classe operária são os que se referem à necessidade de acabar definitivamente com o regime de exploração capitalista. A exploração capitalista ocorre quando a burguesia (a classe proprietária dos meios de produção), diretamente ou através de seu Estado se apropria da mais-valia (lucro) concentrando em poucas mãos as riquezas socialmente produzidas pelos trabalhadores. Nós proletários (trabalhadores que vendemos nossa força de trabalho por um salário) não possuímos meios de produção (matérias-primas, ferramentas, fábricas, usinas, etc.), estes meios são propriedade privada da burguesia e do Estado burguês.
14. A tarefa histórica do proletariado como classe desprovida de qualquer forma de propriedade dos meios de produção é a destruição do capitalismo (sociedade dos proprietários privados dos meios de produção) e da conquista do poder à frente da nação oprimida (das demais classes pequeno proprietárias ou comunitárias oprimidas) para implantar uma nova sociedade baseada na propriedade social dos meios de produção, de modo que o ganho que nesta sociedade está indo para os bolsos da burguesia, seja devolvido ao conjunto da sociedade para satisfazer as necessidades de todos. A nova sociedade sem explorados nem exploradores.
15. Cumprir esta missão histórica no nosso país é inclusive libertar a nação da opressão imperialista e superar o atraso econômico. Tarefas que só serão enfrentadas através da propriedade social dos meios de produção (de todos e de ninguém em particular).
16. Defendemos a luta pela independência ideológica e sindical dos trabalhadores. A classe operária consciente é aquela que se tornou independente (ideologicamente e organizativamente) da burguesia. É a aquisição mais valiosa do proletariado e o ponto de partida de sua luta revolucionária.
17. Na Bolívia, o proletariado mineiro desenvolveu um alto grau de consciência política e se tornou a vanguarda revolucionária de toda a nação oprimida.
18. Devemos retomar a tradição revolucionária do proletariado mineiro boliviano expresso nas lendárias Teses de Pulacayo, passando por documentos fundamentais, tais como as Teses do IV Congresso da COB, de 1970 e da experiência da Assembléia Popular de 1971.
19. Pode-se falar de independência ideológica apenas quando o proletariado elabora a sua própria estratégia: a revolução proletária. Esta independência vai muito além das reivindicações puramente sindicais e é o resultado de um longo processo de evolução da consciência de classe.
20. O sindicalismo revolucionário procura ajudar a classe a amadurecer politicamente na luta diária pelo pão e por seus direitos. Em nenhum caso pode ser uma imposição burocrática à classe.
21. Rejeitamos todas as formas de colaboracionismo de classe com a patronal e os governos burgueses. O colaboracionismo de classe consiste em que os trabalhadores colaborem com os exploradores e tornem-se cúmplices na sua própria exploração. As organizações trabalhistas, se quiserem defender os interesses dos trabalhadores de forma consequente, têm de defender zelosamente a sua independência frente às autoridades e ao capitalismo.

Marines norte-americano executam civis afegãos Fora os Estados Unidos e Otan do Afeganistão

Nove crianças e três mulheres foram abatidas a tiros em Panjwai. Os Estados Unidos afirmam que apenas um sargento do exército é responsável pela chacina. Mas testemunhas garantem que soldados bêbados foram até o distrito, arrombaram portas das casas enquanto as famílias dormiam e fulminaram indistintamente mulheres e crianças. Num requinte de crueldade, amontoaram vários corpos e atearam fogo. As autoridades norte-americanas mantêm o caso em sigilo, ao ponto de sequer revelar o nome do sargento indicado como o autor do violento ataque.

De fato, não importa se foi um ou um grupo de militares que metralharam civis indefesos. Não importa se foi um dos marines das Forças Armadas dos Estados Unidos que se desequilibrou por ter vivido situações de horror na guerra de intervenção no Iraque, como se comenta sobre o tal do sargento. A verdade é que a execução dos civis retrata a intervenção imperialista no Afeganistão, a derrubada do governo dos Talebans, a constituição de um governo títere, a matança de guerrilheiros e esmagamento do povo.

Episódios como marines urinando sobre cadáveres de afegãos e como a queima do Alcorão tão-somente compõem o quadro de opressão e prepotência imperialista. Caso se apresentassem todas as barbaridades praticadas de uma só vez, ter-se-ia a imagem mais acabada da barbárie causada pela guerra de intervenção. Se se juntarem todas as atrocidades praticadas por ditadores de países semicoloniais, como as da Síria, Egito, Argentina, Sudão contra seu povo, para citar uns poucos exemplos, não alcançarão nem de perto o horror praticado pelo imperialismo com suas duas guerras mundiais e guerras de ocupação colonialista. O mapa de sangue forjado a fogo e ferro pela Inglaterra, Alemanha, França, Japão e Estados Unidos cobre a face da terra.

Não é relevante se a matança em Panjwai representa apenas uma gotícula nesse mapa. O que importa é que expressa concentradamente a época de barbárie capitalista.

O país que levanta a bandeira dos direitos humanos e que lança seu poderio bélico por toda parte em nome da defesa da liberdade, da democracia e da proteção dos povos resume o capitalismo bárbaro da época de domínio do capital financeiro e dos monopólios. Os Estados Unidos se ergueram como a potência mais poderosa sobre os escombros das duas Guerras Mundiais. Estabeleceram uma rede de exploração mundial e de domínio bélico superior a qualquer fase do colonialismo e do imperialismo chefiado pela Inglaterra.

A União das Repúblicas Soviéticas e todo Leste Europeu estalinizado regrediram logo depois da 2ª Guerra, enquanto que os Estados Unidos se ergueram por cima de todas as fronteiras nacionais. A China revolucionária que emergiu da grande conflagração mundial de 1935/45 não demorou para seguir o caminho do nacionalismo socialista inaugurado por Josef Stálin em 1924. Hoje, cumpre um papel de prolongamento da agonia do capitalismo e se encontra em rota de colisão com os Estados Unidos no processo de restauração burguesa.

Assistimos, evidentemente, a uma nova ofensiva de milita-

rização da Ásia, promovida pela burguesia norte-americana, que ocupou o lugar da japonesa depois da derrota do Japão na 2ª Guerra. No Oriente Médio e na Ásia, desenvolve-se a luta encarniçada das potências por manter posições estratégicas e expandi-las nas condições de crise geral do sistema capitalista de produção. Estão aí as intervenções no Afeganistão e Iraque, bem como a ameaça de guerra contra o Irã e de ingerência bélica na Síria, como acabou de acontecer na Líbia, no Norte da África.

As duas guerras contra o Iraque (Guerra do Golfo, de 1991 e guerra de invasão de 2003) resultaram em cerca de 140 mil civis mortos. A Guerra ao Terror, iniciada com a invasão do Afeganistão, em outubro de 2001, portanto, há mais de 10 anos, tem provocado um trágico choque entre os colonialistas e a resistência nacional do Taleban.

Obama retirou as tropas do Iraque e as sediou no Kuwait, sem conseguir esmagar a insurgência sunita. A promessa é da Otan deixar o Afeganistão em 2014, até lá terá de matar muitos guerrilheiros e civis. Em ambos os países ocupados, o imperialismo teve de praticar todo tipo de violência: das torturas de prisioneiros aos assassinatos. Uma das características da guerra imperialista contra nações oprimidas é o uso do terror contra a população. Isso porque parte da nação oprimida apóia a insurgência, protege-a e a abastece de lutadores. Matar civis, portanto, é tarefa intrínseca da guerra de ocupação.

As potências se escudam com os chamados valores democráticos e humanos. Na intervenção na Líbia, vimos o quanto se propagandeou a defesa dos civis. Até o momento, continua oculto o número de vítimas dos bombardeios da Otan.

A chacina no distrito de Panjwai fez os jornalistas recordarem alguns atos terroristas dessa natureza. Na Guerra do Vietnã (1961/1973), ficou gravada na história a chacina de My Lai, em 1968, em que foram assassinados cerca de 500 mil vietnamitas pela infantaria norte-americana. A quantidade de mortos nesta guerra de intervenção foi tão alta que sequer se tem uma estimativa precisa: calcula-se entre 1 milhão a 2 milhões. Em nota jornalística, foi também lembrada a execução de civis em Haitha (2005), no Iraque: 26 civis mortos, incluindo mulheres e crianças. Os fuzileiros navais responsabilizados foram admoestados pela justiça militar norte-americana com três meses de detenção especial.

O cinismo da burguesia imperialista diante das mortandades está de acordo com os interesses econômicos do capital financeiro, dos monopólios e da indústria bélica. No dia seguinte ao ato de terror em Panjwai, Hillary Clinton declarou: "Fiquei chocada e triste com a morte de afegãos inocentes. Isso não representa o que somos e os EUA estão comprometidos em fazer os responsáveis prestarem contas". E concluiu que o acontecido "não muda o compromisso dos EUA em proteger o povo afegão".

Não, senhora Clinton, vocês não estão para proteger, mas para oprimir o povo afegão! Não, senhora Clinton, a mortandade de mulheres e crianças indefesas, atacadas quando dor-

miam, expressa sim o que é a burguesia norte-americana. E indica, por enquanto, a tolerância da população norte-americana dominada pelos democratas e republicanos com as guerras e atos de terror desfechados pelos Estados Unidos.

Obama se disse chocado: “Esse incidente é trágico e chocante e não representa o caráter excepcional de nossos militares, nem o respeito pelo povo afegão”. Mentira, senhor Obama, não foi um simples incidente, mas sim um ato de terror contra a população que apóia a guerrilha dos Taleban. Um de seus fuzileiros, ou um grupo deles, foi até os moradores para assassinar colaboradores.

Os acontecimentos que parecem excepcionais na guerra de ocupação, na verdade, estão previstos. Vocês ocupam um país pobre e indefeso, não conseguem quebrar a vontade nacional dos insurgentes, mantêm-se por longo tempo em país alheio com milhares de soldados, infestam a região com armas mortíferas, sustentam um crápula como Hamid Karzai, controlam prisioneiros, torturam e matam e depois dizem que os assassinatos em uma pequena comunidade agrária de Panjwai não têm a ver com o caráter dos seus militares? O que são os “valores norte-americanos” que vocês implantam pelo poder econômico e pelas armas em todo o planeta? São exatamente os valores do capital financeiro e dos monopólios controlados por um punhado de capitalistas.

Os países e governo que ousam afirmar a autodeterminação da nação oprimida e impõem a soberania nacional são cercados economicamente e finalmente atacados militarmente, caso não capitulem. É o que aconteceu com o governo nacionalista do Afeganistão e do Iraque. É o que pode ocorrer com o Irã.

Não há, em parte alguma, conflitos, guerras e massacres em que as potências não estejam envolvidas direta ou indiretamente. Recordemos a guerra fratricida entre o Irã e o Iraque (1980/1988) – 300 mil iraquianos mortos e 400 mil iranianos. Os Estados Unidos e seus aliados no Oriente Médio jogaram o Iraque contra a Revolução Islâmica iraniana de 1979. Com que objetivo? Quebrar o nacionalismo burguês islâmico de um país detentor de fabulosa riqueza petrolífera.

Na época do imperialista e de decadência geral do capitalismo, predominam o capital financeiro e o poder militar sobre as nações de economia atrasada e que por isso mesmo têm de estar a serviço das potências.

A 1ª Guerra Mundial trouxe importantes lições sobre o capitalismo que passa a funcionar sob um punhado de Estados nacionais militarizados, que são as potências. Citemos uma conclusão do I Congresso da Internacional Comunista: *“Se a submissão total do poder estatal ao poder do capital financeiro levou a humanidade à carnificina imperialista, por meio dessa carnificina o capital financeiro conseguiu militarizar totalmente não só o Estado, mas também a si mesmo; e já não é capaz de cumprir suas funções econômicas básicas de outra maneira que não seja por meio de sangue e ferro”*.

A 2ª Guerra confirmou essa constatação. E, agora, nos deparamos com ela nas guerras de ocupação colonialista. O capital financeiro não tem como manter seu domínio a não ser por meio do saque e este se faz amparado no poder militar dos Estados imperialistas.

O que faz ou deixa de fazer um militar norte-americano responde a uma cadeia de comando e essa responde ao Estado



bélico e a ao seu governo. Não é transcendente o diagnóstico de que um sargento ou um grupo de fuzileiros cometeram um ato de terror não desejado naquela situação pelos Estados Unidos. Também não tem valor algum a justificativa que o tal do sargento se desequilibrou devido seu histórico de guerra no Iraque e a um ferimento na cabeça.

O equilíbrio e o desequilíbrio dos soldados a serviço do imperialismo são resultados do militarismo e das guerras desfechadas pelos Estados Unidos. Os soldados treinados a matar, de posse de armas poderosíssimas, adestrados ideologicamente na doutrina de opressão aos povos subjugados e submetidos a uma resistência heróica de um povo expressam a força da barbárie capitalista. Não restam dúvidas de que estão profundamente desumanizados e mergulhados no alienado ódio imperialista aos que resistem ao seu controle.

É necessário condenar veementemente a chacina de Panjwai como consequência da intervenção imperialista! Fatos como esse reforçam a luta pela expulsão dos Estados Unidos e da Otan do Afeganistão. Vivemos a época da rebelião das nações oprimidas contra o imperialismo. Cabe ao proletariado com o programa revolucionário de destruição do capitalismo e constituição do socialismo tomar a dianteira e a direção dos movimentos nacionais contra a opressão das potências. Somente não o faz devido à crise de direção provocada pela destruição da III Internacional e das bases socialistas da ex-União Soviética. Mas o movimento dos explorados, impulsionado pela crise estrutural e nova geração de militância, se acham em choque com o capitalismo e com a burguesia militarizada. Necessariamente, por razões históricas, caminham pela reconstituição dos partidos marxistas-leninistas-trotskistas e pela reconstrução da IV Internacional.

O combate pela derrota da ofensiva bélica do imperialismo é uma das tarefas fundamentais para o proletariado se colocar na direção dos levantes das nações oprimidas pela sua autodeterminação e soberania.

Fora o imperialismo do Afeganistão!

Pela autodeterminação dos povos e nações oprimidas!

Por um Tribunal Internacional constituído pelas organizações proletárias e dos demais explorados para julgar os crimes de guerra da burguesia imperialista!

No Massas 428 e 429 publicamos a “Carta Aberta sobre a morte de Zinaida Volkova”, escrita por Trotsky demonstrando a responsabilidade política de Stálin sobre o suicídio de sua filha, e o manifesto “Qual é a situação de Rakovski?”, denunciando a prisão e a morte no exílio desse militante da Oposição de Esquerda. Nesse número do jornal divulgamos um texto de campanha da Oposição de Esquerda Internacional, redigido em 6 de março de 1933, por Trotsky, de defesa dos militantes bolcheviques presos e submetidos a um regime de violência pela burocracia estalinista. O seu título “Necessita-se imediatamente de ajuda”. A sequência de denúncias que damos a conhecer aos trabalhadores, à juventude e à militância classista tem por objetivo manter viva em nossa memória e em nossa ação política os crimes do estalinismo contra a classe operária russa, mundial e à sua vanguarda leninista.

Necessita-se imediatamente de ajuda⁽¹⁾

A todos os amigos da Revolução de Outubro

As prisões e lugares de exílio na União Soviética estão cheias de milhares de bolcheviques que construíram o partido durante o período de ilegalidade, que participaram ativamente na Revolução de Outubro, que combateram na Guerra Civil, que construíram os cimentos do estado soviético. Inclusive na situação atual, todos continuam sendo soldados abnegados e firmes da revolução proletária. Quando o estado soviético corre perigo, serão seus melhores defensores. Estão sendo perseguidos tão somente porque criticaram a política da fração governante, mas sem exceder os limites da crítica interna que constituía o elemento vital da democracia do Partido bolchevique. Entre os bolcheviques da Oposição de Esquerda deportados, a figura mais conhecida mundialmente é Cristian Rakovski, ex-membro do Comitê Central do partido, presidente do Conselho de Comissários do Povo da Ucrânia e embaixador soviético em Paris e Londres.

Grande quantidade de militantes da Oposição de Esquerda tentou recuperar sua posição de militantes do partido em 1928-1929, com o preço de renunciar seu direito de crítica. Produziram-se milhares de capitulações individuais desse tipo, fruto, em certa medida, das exageradas esperanças depositadas no plano quinquenal. A experiência dos últimos quatro anos foi que a maioria dos “arrepentidos” são novamente vítimas da perseguição mais feroz. Basta mencionar que, entre os presos e deportados dos últimos meses e, sobretudo, das últimas semanas, se encontram: Zinoviev, um dos fundadores do partido, membro permanente do Comitê Central, presidente da Internacional Comunista e do Soviete de Petrogrado; Kamenev, um dos colaboradores mais ligados a Lênin, membro permanente do Comitê Central, auxiliar de Lênin em sua função de presidente do Conselho de Comissários do Povo, presidente do Soviete de Moscou; I.N. Smirnov, um dos fundadores mais incansável do partido na época do czarismo, membro do Comitê Central, dirigente da luta contra Kolchak (2), membro do Conselho de Comissários do Povo; Preobrazhenski, um dos militantes mais antigos do partido, e um de seus teóricos mais conhecidos, membro do Comitê Central, que até pouco tempo desempenhava importantes funções diplomáticas no exterior. Também poderia mencionar os nomes de várias dezenas de conhecidos bolcheviques (V. Kaspararova, L.S. Sosnovski, B.M. Eltsin, V. Kosior, N.I. Muralov, F. Dingelstedt, V.M. Smirnov, Sapronov, Grunstein, Mrajkovski, Ufimtsev, Perevertsev e outros) que constituíram o núcleo do partido nos anos mais difíceis, além de milhares de elementos da jovem geração (V.B. Eltsin, filho; Solnstsev, Magid, Iakovin, Nevelson, Stopalov, Poznanski, Sermuks e outros) que viveram a Guerra Civil, os anos das imensas dificuldades e grandiosas vitórias do regime proletário.

A situação dos militantes da Oposição encarcerados e deportados, separados de seu trabalho e de sua família durante os últimos cinco anos, carece em absoluta de precedentes. Representam a ala esquerda do Partido Bolchevique e do movimento operário mundial. Por isso, foram abatidos na etapa de refluxo político na URSS e de triunfo da contra-revolução no mundo inteiro. A repressão se torna muito mais dura à medida que os acontecimentos confirmam a justeza das críticas e advertências da Oposição de Esquerda.

A carência de bens de consumo na URSS piora enormemente as condições de vida de todas as camadas da população, mesmo nos centros industriais e culturais do país. Não é difícil imaginar as intolerá-

veis privações físicas que sofrem os milhares de opositores à fração dominante, disseminados em prisões e nos rincões mais afastados e desolados da Sibéria e Ásia Central. Jamais os exilados sofreram semelhantes privações. Nos anos de elevação revolucionária, a burguesia liberal e radical concedia grande ajuda aos deportados e encarcerados. Mas na etapa de refluxo revolucionário mundial, crise mundial e fome na URSS, a vanguarda da Revolução de Outubro não pode esperar ajuda senão de seus amigos mais abnegados e firmes.

O seguinte extrato de uma carta que acabo de receber de Moscou demonstra a necessidade e urgência desta ajuda:

“Quero mencionar-lhe especialmente a condição dos deportados e a situação difícil que atravessam. Difícil é o menos que se possa dizer. Na realidade, sua situação é horrorosa. Os camaradas foram jogados à própria sorte, ou seja, à fome e ao clima. Não lhes dão trabalho. Privam-nos de suas rações e roupas de frio; jamais deixam passar fome e frio. Agora chegou – coisa que poucas vezes ocorre – uma carta de V: “Querem nos obrigar pela fome. Não capitularemos. Temos razão. Morreremos de fome, mas não nos retrataremos”.

“Fazemos coletas mas é muito arriscado: ajudar os membros da Oposição enviando-lhes contribuições significa ir parar na lista dos inimigos e no exílio. E o dinheiro não serve. É impossível comprar nos lugares de exílio, e daqui não podemos enviar praticamente nada. Necessitamos tarjetas Torgsin (3), e também moeda estrangeira”.

“Façam tudo o que possam no exterior. Iniciem uma campanha de ajuda aos militantes da Oposição deportados. Trata-se da destruição física de nossos camaradas, de revolucionários sinceros e abnegados. Muitos deles têm demonstrado lealdade à revolução, ao bolchevismo, ao estado soviético durante décadas”.

Ao solicitar vossa ajuda, cumpro um dever elementar para com meus amigos, meus companheiros de ideias e armas. Espero que cumpra vosso dever para com os combatentes da Revolução de Outubro. A ajuda a cada um, por modesta que seja, deve ser efetiva, porque a situação não tolera demoras.

As contribuições podem ser enviadas ao endereço: Sidney Hook, Tesoureiro do Comitê Norte-americano, 234 Lincoln Place, BRooklyn. N.Y. Se prestará contas dos fundos recebidos e de sua distribuição, seja através da imprensa ou em informes periódicos a todos os que entregaram sua contribuição.

Notas

- (1) Necessita de imediata ajuda. The Militant, 15 de abril de 1933, publicado sob o título de “Um comitê norte-americano faz um chamado à solidariedade com os bolcheviques leninistas russos exilados”. Trotsky assinou essa carta aberta na sua condição de presidente da Comissão de Ajuda aos Bolcheviques da Oposição de Esquerda encarcerados e deportados. O Comitê norte-americano da dita comissão estava integrado por Sidney Hook na qualidade de tesoureiro, Max Eastman, Diego Rivera, V.F. Calverton, Herman Simpson e B.J. Field na função de secretário.
- (2) Alexander V. Kolchak (1874-1930): comandou uma das frentes contra-revolucionárias durante a Guerra Civil russa.
- (3) La Torgsin: organização estatal soviética encarregada de vender aos cidadãos russos mercadorias provenientes do exterior na qualidade de contribuições.